



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Ao décimo sexto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, no edifício da Casa dos Noura em Alijó, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alijó. -----

Dos trinta e cinco membros que a compõem, esteve ausente justificadamente: Renato Luís de Araújo Forte Sampaio, tendo sido substituído por Bruno Pinto Lopes, Maria de Lurdes Borges Barbosa Nunes, tendo sido substituída por Eliana Cristina Leal Mendes Cardoso, Maria da Glória de Carvalho da Veiga, tendo sido substituída por Marcelo Ribeiro Alves, Ana de Lurdes Mondim Miranda, tendo sido substituída por Paulo Duarte, Ana Maria Ribeiro Pinto Paulo, tendo sido substituído por Manuel Vilela e Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho. - -----

Esteve ausente injustificadamente o Deputado Luís Pedro Gonçalves Maximino.-----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Vítor Ferreira, Sónia Pires, Mafalda Mendes e Anabela Pereira.-----

A sessão foi iniciada pelo Presidente da Mesa, José Alberto Queirós Canelas, e secretariada pelos Senhores Secretários, Denisa Cláudia Sampaio Correia Esteves de Sousa Simão e Mário Joaquim Vaz.-----

PRESIDENTE DA MESA: Verificada a existência de “quórum” foi, pelo Senhor Presidente, declarada aberta a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos, com a seguinte **ORDEM DO DIA:** -----

P O N T O S	ORDEM DO DIA	Deliberação			
		Apreciação	Conhecimento	Aprovação	Ratificação
1	EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09.		X		
2	PRESENTE INFORMAÇÃO DOSU/2022/1034 REFERENTE A INÍCIO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO DE “AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICOS PARA O ANO DE 2023”.				X
3	PRESENTE INFORMAÇÃO UOF AF/2022/1198 REFERENTE A REPROGRAMAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2022/2023 - “ETARS BIOLÓGICAS FORA DA BACIA DA ALBUFEIRA DO TUA – EXECUÇÃO FRANCELOS (2021/I/83)”.				X



4	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1224 INFORMANDO DA NECESSIDADE DE PROCEDER À 39.ª ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2022 – MODIFICATIVA – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PPI PROJ. 2021/1/97.				X
5	PRESENTE INFORMAÇÃO UOF AF/2022/1226 REFERENTE A 1.ª ADENDA – BEI – PEDIDO DE FINANCIAMENTO NORTE-03-1406-FEDER-000092_05031.			X	
6	PRESENTE INFORMAÇÃO EE/2022/1123 REFERENTE A APOIO FINANCEIRO AO FOMENTO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA PELO MUNICÍPIO DE ALIJÓ.		X		
7	PRESENTE PROPOSTA N.º 56, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE A PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO.			X	
8	PRESENTE PROPOSTA N.º 55, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE AO MAPA DE PESSOAL A VIGORAR EM 2023 E MAPA DE RECRUTAMENTOS PARA 2023.			X	
9	PRESENTE PROPOSTA N.º 57, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DOS PLANOS) PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023.			X	
10	PRESENTE PROPOSTA N.º 54, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE AO PACOTE FISCAL PARA 2023, DESIGNADAMENTE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), DERRAMA, IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) E TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP).			X	
11	PRESENTE PROPOSTA N.º 58, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE À AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.			X	
12	PRESENTE INFORMAÇÃO OSU/2022/1260 REFERENTE A PROTOCOLO DE CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES (PROTOCOLO – CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA MT E BTE - 2023).CONTÉM MINUTA DE PROTOCOLO.	X		X	
13	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1263 CONTENDO O RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1.º SEMESTRE DE 2022.		X		
14	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1288 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO			X	



	"REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA DA RIBEIRA DE SÃO MAMEDE DE RIBATUA".				
15	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1289 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO "SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA"			X	
16	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1291 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO "+ RESILIÊNCIA - REQUALIFICAÇÃO DA ZONA DE LAZER - REQUALIFICAÇÃO".			X	
17	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1290 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO "INTERVENÇÃO EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL: LOTE 1 - REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DO CASTEDO; LOTE 2 - REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DE SÃO MAMEDE DE RIBATUA; LOTE 3 - REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DE COTAS".			X	
18	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1292 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO "AQUISIÇÃO DE VIATURA - TANQUE - AQUISIÇÃO DE VIATURA"			X	
19	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1293 REFERENTE À NECESSIDADE DE EFETUAR A 46.ª ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2022 - MODIFICATIVA.			X	
20	PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1299 REFERENTE À NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJECTO COM A DESIGNAÇÃO "AQUISIÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS".				X
21	PRESENTE INFORMAÇÃO DCED/2022/1269 PROPONDO A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. SANCHO II - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO. CONTÉM MINUTA DO CONTRATO			X	

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e público presente, bem-vindos para nos acompanharem nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

Relativamente à correspondência recebida, as habituais atas da Câmara Municipal e as comunicações de ausências. Comunicaram as faltas os Senhores deputados: Lurdes Barbosa, Maria da Glória, Ana Miranda, Ana Paulo, Renato Sampaio que se apresentam substituídos e Sandra Moutinho. -----

Recordo que de acordo com a lei, à não comparência e à não justificação à convocação para a tomada de posse se aplica a renúncia ao mandato, decorridos trinta dias. -----

Nesta situação já temos um elemento da lista da coligação, Ângela Renha, decisão que lhe será



comunicada. -----
Convido o Partido Socialista a indicar o representante, não sei se no decorrer das novas eleições para a concelhia já nomearam um representante para a Assembleia Municipal. Julgo que não tenho, e não consigo reunir ainda com os representantes previamente às Assembleias, como era habitual fazer. Não sei se, entretanto, já foi eleito alguém, para mim era útil porque de uma forma geral eu fazia reuniões prévias para vermos os pontos ou acrescentar pontos. -----
Felicito as iniciativas da Câmara Municipal e destaco a Feira de São Martinho que correu lindamente, no nosso feriado municipal e na qual que tive a oportunidade de estar presente. Chamo a atenção que os pontos hoje são imensos, destaco três pontos de grande interesse e portanto, peço aos Senhores Deputados alguma contenção no tempo que temos para vermos estes pontos. -----

-----APROVAÇÃO DA ATA DE 30 DE SETEMBRO 2022-----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca a ata da sessão ordinária de trinta de setembro de dois mil e vinte e dois para aprovação. É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito o Senhor Deputado: Rui Lopes.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes.-----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes.-----
Faço aqui uma declaração de voto porque faltei na última sessão e portanto, vou abster-me nesta votação da ata.-----

Ao contrário do que tem sido costume em algumas sessões nesta matéria, esta Mesa tem dito que à luz do Código de Procedimento Administrativo os faltosos não poderão votar as atas. -----
Mas uma vez que esta Assembleia, este órgão colegial, não é um órgão administrativo, mas sim um órgão fiscalizador e deliberativo, nós podemos votar, mesmo faltosos podemos votar.-----

PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado, irei esclarecer a situação juridicamente. O que eu acho estranho é que alguém que não esteja presente numa sessão saiba o que se passou dentro dessa Assembleia.-----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Senhor Presidente eu tenho um parecer jurídico. O Senhor Presidente procura o seu parecer jurídico, eu tenho o meu e logo confrontaremos um com o outro.-----

PRESIDENTE DA MESA: Se há coisas pelo qual pautei o meu comportamento aqui nesta Assembleia é que não tenho a verdade toda. Se tem parecer jurídico faça-me chegar esse parecer e eu apreciarei.-----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Isto vai contra todos os princípios dos direitos e deveres do Deputado Municipal. Os direitos e deveres de um Deputado Municipal são participar



em todas as votações, do período de votação que estiver na Assembleia e na sessão em que estiver ausente.-----

PRESIDENTE DA MESA: Vai-me desculpar Senhor Deputado, eu não estou a dizer que não tem razão. Eu não lhe fiz nenhuma pergunta, portanto, não tem nada que me responder. Eu só lhe disse muito claramente que vou apreciar e pedir um parecer. Se o Senhor Deputado tem algum parecer faça-me chegar.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente coloca à votação a ata da sessão ordinária de tinta de setembro de dois mil e vinte e dois, tendo sido aprovada por unanimidade, com 28 (vinte e oito) votos, pelos Deputados que estiverem presentes naquela sessão. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Estela Teixeira, Eliana Cardoso, Raffaele Batista, Cláudio Vilela, Manuela Alves, João Cruz, Rui Lopes, Aurelina Pereira e António Fernandes.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sra.^a Deputada Estela Teixeira.-----

DEPUTADA ESTELA TEIXEIRA (PS): Cumprimenta os presentes.-----

Venho em nome da bancada do Partido Socialista, apresentar a esta Assembleia Municipal uma proposta de voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Francisco Maximino. -- Alijoense de alma e coração. Com inteligência e serenidade, sempre lutou contra a ditadura. Foi sempre perseverante na luta pela democracia, pela liberdade e pela igualdade.-----

Desde muito cedo demonstrou o amor à sua terra pela dedicação e empenho na causa pública. Participou em diversas associações, como o grupo coral da Igreja, o grupo de teatro e o Atlético Clube Alijoense, onde desempenhou funções como vice-presidente.-----

De postura firme e abnegada, sempre se pautou pela disponibilidade para procurar o melhor para Alijó e as suas gentes.-----

Desempenhou de forma dedicada e competente as funções de Presidente de Junta de Freguesia e de deputado Municipal enquanto autarca eleito pelo partido socialista.-----

Foi também funcionário da escola de Alijó e, também aí inspirou alunos e professores com o seu exemplo de vida. Não foi apenas o funcionário da escola, foi também o amigo e conselheiro. Inteligente e bem-humorado, encontrou sempre ouvintes atentos para as suas histórias de conteúdo pertinente e profícuo, que a todos fazia refletir.-----

Durante a sua vida, foi uma figura marcante da história de Alijó, pelo exemplo de cidadania, pela sua conduta enquanto pai e homem de família e, pela dedicação à sua terra, Alijó.-----

Desta forma propomos a aprovação de um voto de pesar e um minuto de silêncio em sua homenagem.-----



Queremos também manifestar à família as mais sentidas condolências, transmitindo-lhe este voto de pesar. -----

Aproveito para relembrar o tema que me trouxe aqui na última reunião de Assembleia Municipal, as atividades extracurriculares. O Sr. Presidente prometeu que as AEC's teriam início em outubro e estas apenas arrancaram no início do presente mês. Espero que no futuro, este assunto mereça a atenção devida por parte do executivo e particularmente por parte da Sra. Vereadora da Educação, que deverá garantir o bom funcionamento das AEC's e o cumprimento de todas as regras. -----

Deixo aqui o elogio pela iniciativa MOVE-TE para as férias de Natal. De facto, esta será uma mais-valia no apoio à família e na animação dos mais novos. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sra.^a Deputada Eliana Cardoso. -----

DEPUTADA ELIANA CARDOSO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Quero começar por felicitar o executivo em permanência pelo trabalho desenvolvido durante o exercício económico de dois mil e vinte e dois. -----

A sua atuação por aquilo que eu tenho presenciado tem sido pautada com o objetivo de garantir a qualidade de vida dos munícipes, promover o crescimento económico do concelho e promover a coesão social. -----

Com a tomada de posse deste executivo camarário, a Câmara Municipal alcançou aquilo que toda a gente queria e que mais desejava, que era uma situação financeira estável. Fruto do rigor em manter o equilíbrio orçamental. Um esforço, dia após dia, por forma a manter o equilíbrio das contas não descuidando por isso o investimento em obras públicas. -----

Realço também o empenho do Município de Alijó na realização das várias atividades e eventos que decorreram ao longo deste ano de dois mil e vinte e dois. -----

Por último, como munícipe e sendo uma filha da terra, não podia deixar de felicitar aqui a Banda Filarmónica de São Mamede Ribatua pela celebração, no dia oito de dezembro, do seu aniversário. Esta banda fez duzentos e vinte e três anos, sendo uma das bandas mais antigas do país com uma atividade ininterrupta. Esta "banda" tem uma importância histórica, não posso deixar de salientar, cultural e na formação musical. Uma banda que é nossa e que nos deve orgulhar a todos. -----

Termino desejando um feliz Natal a todos e um Ano-Novo muito próspero com muita saúde e muita paz. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr.^o Deputado Raffaele Batista. -----

DEPUTADO RAFFAELE BATISTA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes -----

Começo esta intervenção por felicitar o Executivo pelo convite que fez às Juntas de Freguesias para participar na Feira de São Martinho. Acho que foi uma mais-valia para a feira porque todas as Freguesias conseguiram apresentar o melhor que cada uma tem e o Município saiu bem



representado. Espero que esse convite seja para se manter em feiras futuras, não só em feiras deste género, mas como noutras feiras a nível nacional. -----
Agora queria deixar de parte o Presidente de Junta e queria fazer duas ou três perguntas ao Senhor Presidente, como munícipe e que realmente me preocupam um bocadinho. -----
A primeira pergunta tem a ver com as piscinas municipais. Na última reunião o Senhor Presidente tinha dito que ia fazer os esforços para não fechar ou para manter as piscinas abertas. Eu gostava de saber, por que continuo a ouvir algumas críticas, o que é que se está a passar com a água das piscinas interiores. As pessoas queixam-se que ela está fria. Gostava de saber se é verdade se ela está fria se não está. Gostava de ouvir uma explicação da parte do Senhor Presidente. -----
A outra pergunta tem a ver com a parte do aquecimento. Gostava de saber se aquela partilha, que os nossos colegas fizeram questão de partilhar no Facebook, sobre o aquecimento da escola, o que realmente se passou, se há realmente um choque térmico ou não. Eu pelo menos gostava que houvesse aqui uma explicação para perceber o que é que realmente se passa com o aquecimento da escola. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sra.^a Deputada Manuela Alves. -----

DEPUTADA MANUELA ALVES (PS): Cumprimenta os presentes. -----

Tomei conhecimento, e acho que a maioria dos municípios tomou, que o Senhor Presidente da Câmara realizou um périplo pelo nosso concelho no âmbito de uma Presidência Aberta, para tomar contato com as populações. Muito bem. -----

Nesse âmbito eu gostaria de lhe perguntar se o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Carlão e Amieiro lhe deu nota que há lá uma rua, que por coincidência é onde eu moro, que não tem iluminação vai fazer um ano. -----

Eu abordei o Senhor Presidente da Junta, como ele sabe e está aqui presente, no dia dezassete de abril e depois voltei a falar consigo. E agora dirijo-me ao Senhor Presidente e até hoje não tenho o problema resolvido. -----

Gostaria também de perceber se a Câmara também tem noção de que por que ali vivem, para além de mim, outros vizinhos já com alguma idade. Se por acaso se “esbardalham” para ali todos, porque aquilo é completamente escuro. Eu, às vezes, faculto a minha luz exterior para facilitar. Se por acaso têm noção que isto é uma responsabilidade da Junta de Freguesia. Parece-me que é um bem essencial e que já passou demasiado tempo para que a situação se resolva e eu lamento muito ter que trazer aqui para esta Assembleia este assunto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado João Cruz. -----

DEPUTADO JOÃO CRUZ (PS): Cumprimenta os presentes -----

Eu queria aproveitar o período de antes da ordem do dia para trazer à Assembleia a questão de um caminho rural que existe em São Mamede Ribatua. -----



É um caminho que, pela sua importância económica, tem um interesse enorme. Liga a freguesia de São Mamede à freguesia do Castedo. É um caminho que em tempos foi objeto de um projeto e foi repavimentado, isto aconteceu mais ou menos há trinta e cinco anos. O caminho está neste momento altamente degradado, tem inúmeras crateras no seu interior. -----

Eu venho aqui apelar, pela importância económica que tem e até pela importância estratégica que tem esse caminho, porque liga duas freguesias e vai facilitar naturalmente a mobilidade e atravessa também uma faixa enorme de vinha. -----

Portanto, é uma zona que apanha território do Castedo, território de Alijó e território de São Mamede Ribatua. É por esse caminho que é escoada, e que vai para as adegas, toda a quantidade de uvas que ali é produzida. -----

Além do interesse estratégico, porque liga duas freguesias, tem esse interesse económico. E eu perguntava se é possível o Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede de Ribatua, o Presidente da Junta da União de Freguesias do Castelo e Cotas e o Presidente da Câmara se sentarem à mesa e verem a importância económica e estratégica que tem aquele caminho. E verem a situação degradante em que está. -----

Acresce o facto de há pouco tempo tomar posse o novo pároco. Um pároco que vai exercer o seu sacerdócio, pela primeira vez, na Freguesia de São Mamede Ribatua e da União de Freguesias de Castedo e Cotas. -----

Portanto, esse pároco começa de novo e vai viver do trabalho que vai exercer. Vai percorrer esse caminho de São Mamede ao Castedo por essa via. É um caminho que encurta a distância, já que por Alijó a distância é onze ou doze quilómetros e por aquele caminho é de três ou quatro quilómetros. Portanto, não quero estar aqui a misturar religião com a política, mas percebam que nas comunidades rurais e nas nossas comunidades conservadoras, um pároco é importante para a vivência das nossas comunidades. -----

Reitero o pedido ao Presidente da Junta de São Mamede Ribatua, ao Presidente da União de Freguesias de Castedo e Cotas e ao Senhor Presidente da Câmara que vejam a possibilidade de equacionar esse problema tendo em conta também a questão económica, estratégica e agora cultural e religiosa. -----

Termino este assunto do caminho, que o Senhor Presidente conhece muito bem, aliás, houve uma melhoria num espaço que poderia ser aproveitado. Houve um projeto novo num espaço que poderia ser aproveitado para esse caminho. -----

Já agora, também quero focar-me na Presidência Aberta, já que a minha colega tocou nesse ponto. Eu vou também aproveitar, porque já fizeram também em São Mamede Ribatua e quando falaram aqui em Presidência Aberta ou em Executivo em mobilidade, eu criei muitas expectativas.



Pensei que era uma ideia inovadora, que era naturalmente um exercício de cidadania, que iam naturalmente deslocar-se às terras, ouvir as pessoas, convidar as associações. Lembrar-se também da Assembleia de Freguesia e da Assembleia Municipal.-----

É assim, isto é tudo massa crítica, as aldeias também têm massa crítica e temos que aproveitar também essa massa crítica. Há Associações, Bandas de Música, Corporações de Bombeiros que têm também uma palavra importante no desenvolvimento e também no questionamento do futuro da sua freguesia. Eu acho que vocês praticaram o exercício de cidadania, é certo. O exercício da liberdade democrática, mas muito restritivo e muito minimalista. -----

Não souberam ouvir, não souberam convocar os eleitos, não respeitaram as Associações. -----
Portanto, andavam na rua, penso eu que em São Mamede Ribatua foi o que me contaram, andavam na rua, não viram ninguém, não falaram com ninguém ou falaram com muita pouca gente. Resumiu-se portanto, a uma viagem a São Mamede Ribatua. Resumiu-se a umas fotografias de umas caras bonitas no Facebook. Mas não passou disso. Foi isso que ficou na maior parte das pessoas. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr.º Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Como não estive presente na última Assembleia Municipal e como antes da última Assembleia Municipal estive presente numa Assembleia Intermunicipal, da qual faço parte eleito por este órgão, queria dar conta que houve uma situação bastante desagradável nessa mesma Assembleia, em que havia uma ilegalidade, em que um Presidente de Junta foi eleito para o órgão, uma vez que não podia ter sido. -----

A Senhora Deputada do PS, eleita também por este órgão para a Assembleia Intermunicipal, veio defender exatamente que de facto isso seria uma ilegalidade e teria que ser repostas essas situações. Teria de perder o mandato ou teria de ser substituído esse elemento que foi eleito e que foi Presidente de Junta. -----

Mas não nos podemos esquecer ou não se pode esquecer a Senhora Deputada e, foi se calhar mal informada, de que este órgão também já elegeu um Presidente de Junta do PS para a Assembleia Intermunicipal. -----

Nós não podemos defender uma coisa em nossa casa e outra coisa depois a representar nossa casa noutra órgão.-----

Eu acho bem que a Senhora Deputada do PS que representa esta casa, esta Assembleia, esteve muito bem mas não podemos ter dois pesos e duas medidas. -----

Isto faz-me lembrar um certo governo da nação, que por acaso também é do PS, que defende uma coisa em Portugal e defende outra na União Europeia. -----

Não podemos defender duas coisas diferentes em nossa casa e depois defender outra coisa completamente diferente, ao arrepiado daquilo que foi feito na nossa casa, quando representamos esta Assembleia noutras Assembleias.-----



PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sra.^a Deputada Aurelina Pereira. -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Em nome da Coligação “Afirmar a Nossa Terra” quero aqui associar-me ao voto de pesar e ao minuto de silêncio, pela partida do Senhor Francisco Maximino. -----

De facto um grande Alijoense, com quem tive o prazer muitas vezes de privar, porque foi meu vizinho durante muitos anos, e não faria sentido não nos associarmos a esse voto de pesar. -----

Queria também, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Alijó, freguesia anfitriã da Feira de São Martinho, agradecer a forma como a feira foi organizada pela Câmara Municipal e pelo Centro Cultural e Desportivo dos Funcionários da Câmara Municipal de Alijó. -----

Agradecer também as Associações que estiveram envolvidas, que abrilhantaram o dia. -----

E não poderia deixar de agradecer aos meus colegas Presidentes de Junta pelas mostras gastronómicas, pelas delícias que nos apresentaram e ofereceram. Foi sem dúvida um dia muito especial. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Cumprimenta os presentes. -----

Queria falar sobre a Feira de São Martinho, e sobre a feira nós temos que dizer o que está bem e se é possível melhorar, mas também aquilo que achamos que poderia ser feito de outra forma, melhor ou de outra forma qualquer. Também temos que o dizer. -----

A Feira de São Martinho esteve bem, tem tido um registo bom e plausível para as pessoas. Tudo o que seja feito para as pessoas é bem feito, tudo que vá de encontro às necessidades das pessoas, abrilhantar, está tudo muito bem. Só tem uma coisa e aí a que entra o mas, ou o quê da questão. -----

É o dia do Município, quem organiza esse evento é a Câmara, perfeito, tudo bem, só que como foi dito pela minha colega de Alijó quem abrilhanta, quem traz gente para este evento, quem traz as iguarias de cada freguesia, de cada aldeia, são as Juntas. E quem suporta as despesas de tudo o que vem para Alijó são as Juntas de Freguesia. -----

Porque a Câmara podia estabelecer um “X” para que as Juntas, pois se assim trazem cinco, traziam dez. E assim enriquecia-se o evento da Feira de São Martinho. Portanto, deixo aqui esta sugestão no sentido de melhorar. -----

Depois, vou falar aqui de um assunto que é muito caro às IPSS e, ao ser caro às IPSS é caro às pessoas. E se é caro às pessoas, tudo temos que fazer para melhorar a vida das pessoas, particularmente dos mais idosos, daqueles que mais precisam e também das crianças, no âmbito da educação. -----

Queria dizer que estes dois ou três anos, foram anos atípicos, anos em que quem cuida das pessoas, daqueles que mais precisam, são às IPSS. Mas quando falo das IPSS quero alargar isso a todo o associativismo, porque se não houver associativismo, não há dinamismo. As coisas



começam a ficar cada vez mais amorfas e deixa de existir a vitalidade que é preciso para todos nós, como a Feira de São Martinho e outras. -----
Quero dizer, só aqui, a título de exemplo pois nós não temos que copiar os outros, mas temos que reparar no que eles fazem bem. A Câmara de Gaia - podem sempre dizer que não devemos comparar a Câmara de Gaia com a Câmara de Alijó ou a de Alijó com a de Gaia – segundo o jornal, deu dois vírgula quatro milhões de euros para às IPSS. -----
Portanto, quer dizer que tem um foco e uma determinação para ajudar às IPSS e as pessoas. O Senhor Presidente prometeu que o que viesse do Governo entregava às IPSS, se assim é, então quem deu o dinheiro para as IPSS foi o Governo. -----
Portanto, Senhor Presidente esta minha intervenção vai no sentido de ter um cuidado e uma atenção para este ponto das IPSS. -----
Senhor Presidente deixe-me concluir com uma iniciativa que penso que é louvável. -----
É louvável para Vila Chã, como é louvável para Favaios que vai ser agora, como é para todos os sítios, queria aqui deixar dito que está quase fechado um concerto da Banda de São Mamede para fazer um concerto em Vila Chã. -----
Queria dizer que incentivar a cultura, incentivar outros eventos é isto, é agarrarmos no que é nosso e potenciá-lo. Dar-lhes também visibilidade para que eles tenham força, ânimo e também economicamente vontade de continuar. -----
PRESIDENTE DA MESA: E a propósito da Banda de São Mamede, incentivo também é participação. Na semana passada, sábado, eu sei que havia um jogo de futebol, mas de facto o concerto não tinha assim tanta participação da nossa parte, o que também é preocupante. -----
Informa que o Partido Socialista já terminou o seu tempo em termos dos doze minutos. -----
DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Posso usar os meus cinco minutos do tempo regimental. -
PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela, por tempo máximo de cinco minutos ao abrigo do n.º 2 do artigo 41.º do Regimento da Assembleia Municipal de Alijó. --
DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Cumprimenta os presentes. -----
Vou procurar ser sintético, muito teria para dizer mas de facto o tempo não vai chegar para tudo. Quero dar nota - o Senhor Presidente já o fez - da nova liderança da Comissão Política do Partido Socialista, que foi eleita há poucos dias. Quero endereçar os parabéns à minha camarada Filomena Marques, nova Presidente da Comissão Política do Partido Socialista, agradecendo-lhe bem como a todos os membros que compõem a Comissão Política. -----
Quero agradecer também ao Presidente cessante, o Senhor António Fernandes, e a todos os membros que compunham a Comissão Política, que no fundo somos os mesmos, mantivemos todos, e é isto, isto é o Partido Socialista. -----
O Partido Socialista está cá para trabalhar em prol das populações e em prol do povo. -----



Esta questão é muito importante, o papel da oposição na governação autárquica é deveras importante, para a oposição não ficar calada em todos os fóruns em que têm assento, inclusive na comunicação social ou no Facebook, como aqui já foi referido. -----

O papel da oposição é um papel de auscultação e de confirmação da realidade, tal como aconteceu naquele célebre *post* da escola e do aquecimento da escola, na realidade o que existia na escola. -----

Pelo que eu vi e pelo que me apercebi, a solução foi rápida. Uma coisa que já andava há tanto tempo, desde o Verão que já se suspeitava que o aquecimento não estava a funcionar e foi rapidamente resolvido. E, portanto, se foi por aí, está muito bem a oposição, se não foi, também está muito bem o Executivo porque resolve o problema dos municípios. -----

Quero também dar nota da preocupação dos pais, da Associação de Pais, que também se deslocaram à Câmara Municipal para fazer a sua reclamação, que é o sítio onde as coisas devem acontecer, com elevação e seriedade. -----

É pena que não esteja cá hoje a Senhora Vereadora da Educação, porque também precisava de ouvir isto, é verdade que a escola padece de certos problemas, é verdade e já foram diagnosticados, não é só o aquecimento. A questão das AEC's, toda a gente já sabia que seriam necessárias desde o Verão.

Portanto, houve muito tempo para preparar as AEC's, elas iniciaram agora no início de dezembro, quase no fim do primeiro período. Foi-me transmitido que o Senhor Presidente em reunião de Câmara assegurou que iria assumir todas as AEC's para os alunos ficarem na escola até às cinco e meia da tarde. -----

Não ponho isso em causa, porque é verdade, e também digo que quando o Senhor Presidente se mete num assunto que está mal resolvido, o Senhor Presidente resolve. Não me custa nada assumir isto, não tenho problema nenhum. -----

Portanto, cá está a oposição, há solução de problemas, objetivo cumprido. Melhoria das condições para toda a comunidade, é esse o papel dos políticos no concelho de Alijó. Os políticos servem para servir a comunidade e não o contrário, o contrário é que seria preocupante. -----

Já agora e aproveitando que também está aqui a Presidente da Comissão Política e através dela transmitir a toda a Comissão Política, deixar aqui uma sugestão. Porque não aproveitar esta situação que o meu amigo e cidadão Raffaele Batista transportou aqui para toda a Assembleia sobre a questão das piscinas municipais e fazer um *post* sobre essa situação, pode ser que também se resolva. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Carlos Monteiro. -----

DEPUTADO CARLOS MONTEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Nesta minha breve intervenção queria falar acerca da inauguração da Sala dos Ambientes Educativos Inovadores ou, há quem lhe chame, Sala do Futuro. -----



Este projeto teve início já há alguns anos, na altura em que o Senhor Diretor Mário Joaquim Vaz estava na Direção da escola, já com este Executivo também em funções. -----
Esta sala implicou um investimento avultado, tanto em obras de adaptação das salas que ocupou, como em equipamento. Os nossos alunos passaram a ter à disposição um estúdio de vídeo, óculos de realidade virtual, painéis interativos e mobiliário educativo que permitem diversas abordagens pedagógicas e equipamentos informáticos, entre outros diversos equipamentos que foram adquiridos. -----

Agradeço a todos os envolvidos na execução deste projeto nomeadamente ao Município e que os nossos alunos e professores consigam tirar o melhor proveito possível desta sala.-----

Eu por acaso estive lá, mas gostava de ter visto mais Deputados, também foram convidados como eu fui, que tivessem contactos com a obra que foi feita. Por acaso posso convidar-vos nouro registo, mas de qualquer forma se quiserem depois passar por lá é de facto interessante.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Carlos Veiga, por tempo máximo de 5 minutos ao abrigo do n.º 2 do artigo 41.º do Regimento da Assembleia Municipal de Alijó. -----

DEPUTADO CARLOS VEIGA (PS): Cumprimenta os presentes.-----

Está a terminar o ano de dois mil e vinte e dois, passam nove anos desde o início deste ciclo de governação do PSD/CDS. Em nove anos encheram-nos de promessas grandiosas e quase fazia parecer que Alijó estava parada no tempo e que finalmente iríamos dar o salto. -----

É verdade que desde dois mil e catorze o concelho de Alijó desceu quarenta e oito lugares no ranking nacional dos Municípios. Passando do lugar de cento e noventa para o lugar duzentos e trinta e oito em dois mil e vinte e dois. Esta descida, depressiva, é da responsabilidade da governação PSD/CDS.-----

No primeiro mandato o PSD/CDS assumiu uma versão "quero e mando". Não havia dinheiro para nada, só dívidas. Mas, conseguiram gastar seis milhões e duzentos mil euros em ajustes diretos e dois milhões e seiscentos mil euros em concursos. -----

No segundo mandato, o PSD/CDS assumiu a versão de "pagamentos de favores políticos". -----

Aliás, vamos hoje votar o orçamento que prova a forma completamente escandalosa como este PSD/CDS paga os seus compromissos políticos. Refiro-me, por exemplo, ao aumento de dois milhões de euros para o ano de despesas com pessoal, sem considerar o pessoal de transferência de competências. Vamos todos pagar muito caro a compra de votos, principalmente com a consequente redução de investimentos públicos. -----

Tantos anos depois acertaram por tão pouco. Não resolveram o problema do trânsito, do estacionamento do centro da vila, mas fizeram uma obra de fachada.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sra.ª Deputada Manuela Alves, que solicita um pedido de resposta. -----



DEPUTADA MANUELA ALVES (PS): Como me assiste este direito de resposta, eu gostaria de vir aqui esclarecer o seguinte, porque acho que o Senhor Deputado não foi claro. -----
Passo brevemente a dizer o que é que se passou na última reunião da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro. Foi lá suscitado um incidente por parte de uma Deputada, que nos deu conhecimento – e não se trata de um Deputado qualquer, que pudesse eventualmente ser substituído mas sim do Presidente da mesa que é diferente – que o Presidente da mesa da CIMDOURO foi eleito de forma irregular. -----

Portanto, digamos que não tem ali um enquadramento e não tem respaldo legal para ocupar aquele lugar. Quando isso foi suscitado, a minha primeira atitude e fui a única que me levantei e que votei contra, foi questionar a mesa, tanto mais que no seguimento desse alerta feito por essa Deputada, um elemento da mesa, salvo erro Presidente de Sernancelhe, já não sei muito bem precisar, parecia estar a dar o seu *agrément*, o que considerei insultuoso. E disse-lhe que se já tem conhecimento de que há uma ilegalidade naquela eleição, vamos ter de repor a legalidade. Tanto que, teria que se equacionar a situação se, eventualmente, as decisões que ali foram tomadas têm algum enquadramento ou tem alguma base legal. E portanto, foi isto que foi suscitado, não é exatamente como o Senhor Deputado diz, que ele foi eleito como Presidente da Junta. Não! Toda a gente sabe que a lei prevê que os presidentes de Junta não podem nem ser votados, nem votar. -----

E o que aconteceu ali, foi que contribuíram para essa eleição os Presidentes da Junta, e portanto está mal, e até aqui estamos de acordo. -----

Relativamente à segunda parte da sua vinda aqui, da sua exposição, eu não tenho que ser responsável nem responsabilizada pelo que se passou no passado. -----

Porque, o Senhor Deputado usou da palavra - mesmo lá - dizendo, “Vem agora aqui, porque não sabe do que se passa na sua bancada”. É evidente que se alguma coisa esteve errada e se houve algum Senhor que ocupou a CIM de forma indevida, não se está a dirigir a mim, se houve aí um lapso a competência foi da mesa desta Assembleia que permitiu que ele fosse eleito. -----

Portanto, nunca poderia ser a mim assacada qualquer tipo de responsabilidade. Porque eu não tenho nada a ver com isso. Eu estou neste mandato, como sabem, desde o ano passado, desde a última eleição, não me cabe saber ou estar dentro de quem esteve a representar a CIMDOURO ou não esteve. Penso que está esclarecido. -----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Cumprimenta os presentes.-----

Deixo já aqui votos sinceros de um Feliz Natal para todos e um excelente ano dois mil e vinte e três. -----

Muita coisa foi aqui dita, se calhar inverteria aqui a ordem das coisas se me for permitido. -----



Começava pelo Deputado Carlos Veiga. Senhor Deputado, falou aqui que o Município desceu vários lugares num determinado ranking, mas não disse qual foi, provavelmente o ranking do desperdício. -----

Mas esqueceu-se de falar nos vários rankings em que o Município subiu muitos lugares e é até dos primeiros a nível regional e nacional. Como por exemplo, o ranking da redução dos impostos, em que nós estamos em oitavo lugar, da diminuição do passivo municipal a médio e longo prazo. Acrescento que estamos em trigésimo quarto, a nível nacional, em matéria da redução do passivo "per capita". -----

Voltaria agora ao início, Senhora Deputada Estela, falou aqui nas AEC's em controlar a atividade no programa MOVE(TE). -----

Agradeço a referência que fez ao MOVE(TE), pois de facto é mais uma excelente iniciativa. ----- Relativamente às AEC's, é verdade que a culpa não pode morrer solteira, e não quero com isto descartar eventual responsabilidade do Município, por que a tem, efetivamente. -----

Mas também gostava que percebessem que o Município não está sozinho neste processo, o Município só poderia pôr as AEC's a concurso depois de receber os horários devidamente estabilizados por parte do Agrupamento e isso também tardou, como sabem. Chegaram os primeiros horários e o Município começou a desenvolver o procedimento, depois teve que o interromper por que afinal não eram aqueles horários, eram outros horários que chegaram mais tarde, e só aí foi possível desenvolver definitivamente o procedimento. -----

Efetivamente eu assumi, numa reunião de Câmara – pública - em que esteve presente a Associação de pais e alguns encarregados de educação, que o Município faria todos os esforços no sentido de conseguir garantir, a partir de janeiro próximo, a segunda hora do horário livre. Não é da responsabilidade do Município Senhora Deputada. Como sabe, o que a lei prevê, o que obriga o Município a garantir é exatamente uma hora por dia. E o Município pelo concurso de que lhe falei está a garantir essa hora legal. -----

Aquilo que a lei obriga o Município a assumir, o Município assumiu. -----

Relativamente à segunda hora diária que o Município não é obrigado por lei a assumir, faremos os esforços, quer com recursos humanos do Município, quer recorrendo à contratação para assegurar essa hora. -----

Espero que o consigamos assegurar a partir do reinício do ano letivo, efetivamente foi um compromisso e estamos a trabalhar para isso. -----

Senhor Deputado Raffaele Battista, há aqui de facto alguma desatualização da sua parte. Com certeza não tem estado atento, não tem ido ao Facebook ou as coisas boas não vão para o Facebook. -----

A temperatura das piscinas que estava ou esteve durante algum tempo inconstante. Na última Assembleia assumi que iríamos manter as piscinas abertas, contrariamente a outros Municípios



que resolveram fechá-las para poupar energia, mas que não sabíamos exatamente se conseguiríamos chegar ao fim da época com elas abertas. Porque de facto o consumo de energia é brutal. -----

Só para terem uma ideia, abrimos hoje um procedimento para aquisição de gás e foi preciso fazer uma consulta ao mercado, para estabelecer o preço base. Passados três dias, pura e simplesmente, as empresas que tinham dado preço por quilowatt/hora não concorreram. Apenas concorreu uma, mas com um preço absolutamente brutal. Porque a vulnerabilidade de mercado nessa matéria é de tal ordem que não conseguem assegurar preços por mais de três dias. ----- Houve uma que mandou um preço base à volta de um milhão de euros para o ano, em matéria de gás. Só para terem uma ideia do que estamos a falar, mas o Município tem conseguido aguentar e vai com certeza aguentar. -----

A temperatura das piscinas começou nos vinte sete graus, como sabem o mínimo legal são vinte seis e o máximo são trinta um. Começou nos vinte e sete, havia de facto algum desconforto e percebo porque as pessoas gostam de água bem quentinha. Quando percebemos que o desconforto era geral, tenho que o admitir, mandamos de imediato subir a temperatura média das piscinas para vinte e nove graus. E é a temperatura que está hoje, portanto, está muito próxima do limite superior. Estes dois graus de diferença vão significar várias dezenas de milhares de euros no final do ano. -----

Portanto, julgo que as reclamações, se assim o posso dizer, relativamente à temperatura da água das piscinas cessaram. Penso que está tudo de acordo com esta temperatura de vinte e nove graus. -----

Quanto ao aquecimento da escola, verificou-se uma avaria no sistema de geotermia. Foi necessário mandar vir peças do estrangeiro, porque não as havia no mercado nacional. Quando detetámos este defeito recorremos à aquisição de aquecedores elétricos para todas as salas, que resolveu durante o tempo que foi necessário esperar pelas peças e no passado dia oito, quinta-feira, feriado, ficou resolvido o problema do aquecimento que está a funcionar. -----

Acho estranho como alguns Deputados já sabiam no verão que o sistema de geotermia ia avariar. -----

Deputada Manuela Alves permita-me que dê uma resposta ao Senhor Deputado João Cruz. -----

O Senhor Deputado aplicou um termo relativamente à Presidência em Movimento, falou em Executivo em mobilidade. Senhor Deputado, enquanto a legitimidade do voto popular nos mantiver aqui, nós não vamos mexer-nos daqui pra fora, não estaremos em mobilidade. Esta é a Presidência em Movimento. -----

Obviamente que, estivemos na União de Freguesias de Carlão e Amieiro e o Senhor Presidente da Junta levou-nos onde entendeu. Aliás, como já foi dito, as situações a ver, os contactos a fazer foram sempre da inteira responsabilidade dos Senhores Presidentes de Junta, sempre. -----



Foi proposto aos Senhores Presidentes de Junta organizarem um roteiro para esse dia e assim foi na União de Freguesias de Carlão e Amieiro. -----
Mas, obviamente, a questão da iluminação pública assumiu de facto uma proporção de tal ordem praticamente em todos os Municípios do interior, ao ponto de no último conselho da CIMDOURO serem chamados os gestores regionais da EDP Distribuição, para serem confrontados por todos os Municípios da CIM com o problema. -----
O problema é geral, é grave, de facto há situações que se prolongam por mais de um ano. Há uma plataforma eletrónica especificamente para comunicar esses problemas de forma georreferenciada, mas nem assim. -----
Não sei se é um problema dos empreiteiros contratados pela E-REDES, o que é certo, é que este problema existe, é grave e causa muitos transtornos às populações, designadamente às populações mais idosas em pequenas aldeias como as nossas. -----
O Senhor Vice-Presidente está com este assunto em mãos, mas admito que tenha sido comunicado à EDP há muito tempo. -----
Senhor Deputado João Cruz fala-me aqui do caminho agrícola ou rural, como lhe queira chamar, que liga São Mamede Ribatua a Castedo.-----
Ora bem, não duvide que nós conhecemos e sabemos bem a importância daquele caminho, quer em termos de mobilidade, quer naquilo que ele representa para a economia das duas freguesias. Agora perceba, e nós temos esse projeto, uma intervenção global naquele caminho é extremamente pesada, mas não é só pelo volume de investimento que é necessário. Eu recuso-me a investir na repavimentação de um caminho em que os proprietários adjacentes, em determinados troços, não queiram colaborar com o Município.-----
Eu recuso-me em intervir num caminho em que determinados troços mal passa uma viatura, uma viatura simples.-----
O que eu gostava efetivamente era de fazer a requalificação do piso, mas também do alargamento do mesmo. Isso é o que eu gostava. E ainda não conseguimos. Como sabe, ali na zona muito próxima da estrada municipal que liga ao Castedo, há uma plataforma muito estreita e que é suportada por um caminho que suporta a via que está numa situação caótica. -----
Nunca poderia repavimentar o caminho sem primeiro refazer o muro ou alargar para o outro lado e é disso que temos vindo a falar recentemente. Temos vindo a falar na possibilidade de alargar para a parte mais alta, evitando assim a construção do muro em betão na parte inferior. Estamos a trabalhar nisso.-----
O Senhor Deputado João Cruz fala aqui ainda, a propósito da presidência em movimento, “de umas fotografias, andaram por lá na freguesia...”. Como já disse, isso é da responsabilidade dos senhores Presidentes de Junta. Falamos obviamente com quem podemos, mas também foi sempre dito aos senhores Presidentes de Junta, desde o início, que gostaria que estes dias, estas



iniciativas de Presidência em Movimento culminassem com uma reunião com as entidades locais, associações locais, população. Devo-lhe dizer que só se verificou apenas em dois casos.-----
Senhor Deputado António Fernandes, quanto ao feriado de São Martinho, escusado será dizer que o senhor Deputado conhece e está por dentro dos números do apoio anual às freguesias por parte da Câmara Municipal. São substanciais, são apoios regulares, como nunca existiram. Estamos a falar de meio milhão de euros aproximadamente, por ano, para as freguesias, é muito dinheiro. Não estamos em Gaia, estamos em Alijó.-----
Mas sim, eu acho que é possível, se assumirmos todos aqui o compromisso de que vamos tudo fazer para melhorar este feriado municipal, o executivo permanente não se opõe.-----
Deve concordar comigo, que pode haver de facto aqui algum reforço específico, concessionado, digamos assim, para o feriado Municipal, a Feira de São Martinho, de forma a melhorar ainda mais este evento.-----
Relativamente às ajudas às IPSS. O Senhor Deputado também sabe, porque já falamos desses números, são públicos, que o Município de Alijó investiu no combate à Covid19 cerca de meio milhão de euros. Aliás, acho que até ultrapassa. Eu sempre disse, e havia esse compromisso por parte do governo central em reembolsar os Municípios desse investimento, que na medida em que fossem reembolsados seria completamente transferido para às IPSS. Fomos reembolsados em cento e sessenta mil euros e foi totalmente transferido para as IPSS. -----
Não era obrigatório, mas se o Município tivesse sido reembolsado pela totalidade ele seria transferido na totalidade para as IPSS.-----
Mas, se somar os oitenta e cinco mil euros ou noventa mil euros que foram transferidos como forma de apoio anual para as IPSS. Se considerar mais os cento e sessenta e três mil das despesas de Covid19 que foram para as IPSS. Se somar os noventa mil euros que o Município se comprometeu e em alguns casos já o transferiu, relativamente aos quinze por cento da contrapartida nacional nos investimentos nas IPSS, estamos a falar de trezentos e quarenta mil euros para as IPSS, este ano. -----
Já agora, deixe-me dar-lhe outro número. O orçamento anual de Vila Nova de Gaia para dois mil e vinte e três é quase trezentos milhões. Se fizer a proporção, nós estamos bem à frente de Gaia em matéria de apoios às IPSS, bem à frente. -----
O Senhor Presidente da Assembleia deve concordar comigo que estes números são verdadeiros, duzentos e noventa e seis milhões de euros do orçamento anual do Município de Gaia.-----
Senhor Deputado Cláudio, de facto reconheço e louvo a sua capacidade de antever a avaria do aquecimento em julho/agosto a acontecer no inverno. Se eu tivesse essa capacidade de adivinhar não deixaria chegar o problema onde chegou, não fui capaz. -----
Quanto às AEC's, já falamos aqui sobre isso. Relativamente às piscinas igualmente. -----



E dizer aqui que não sou contra os *posts* no Facebook, desde que sejam feitos com rigor, transparência e com verdade. E não tenho por hábito responder a *posts* no Facebook. -----
Penso que era só, julgo que não ficou nada por responder. -----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções, eu solicito um minuto de silêncio porque esta Mesa também se associa ao voto de pesar proposto pela Senhora Deputada Estela Teixeira, quanto ao falecimento do Sr. Francisco Maximino.-----

-----**MINUTO DE SILÊNCIO.**-----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados e as respostas pelo Senhor Presidente da Câmara, dou por encerrado este período. Passo a abrir o período de intervenção do público. Não havendo intervenções, dou por encerrado este período. Passo a abrir o período da ordem do dia. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 1 - EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09.**-----

É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Manuela Alves, Cláudio Vilela e António Fernandes.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sra.ª Deputada Manuela Alves. -----

DEPUTADA MANUELA ALVES (PS): Gostava de colocar a seguinte questão ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Neste documento, que é a informação do Senhor Presidente, refere, entre outras coisas, uma empreitada a decorrer no Amieiro, na Rua da Escola. Acontece que este ponto já constava da informação do Senhor Presidente relativo à Assembleia de dezembro de dois mil e vinte e um. De acordo com a informação que me foi prestada - e eu faço questão de primeiro recolher as minhas informações como é óbvio - isto não está a acontecer.-----

Portanto, eu gostava que me esclarecesse, se é um lapso ou o que é que se passa com esta questão.-----

Uma outra questão, também muito breve, referente a este documento, no ponto um. -----

A determinada altura, não sei precisar a página, o Senhor Presidente referiu umas despesas relativas a um contrato com transporte escolar para o ano letivo de dois mil e vinte e dois/ vinte e três, e diz respeito a alunos que são de Covas do Douro, Chanceleiros e Pinhão. Significa que não se trata de população escolar relativa ao nosso concelho. -----



Portanto, é um serviço que (não tendo eu outra informação) a Câmara Municipal está a prestar a alunos que estão para além do nosso território. Gostaria também que me explicasse. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Vou ser muito sintético para cumprir com os tempos, devido à extensa lista de pontos que compõem a ordem do dia desta Assembleia.-----

Portanto, trago a esta Assembleia e diretamente para o Senhor Presidente uma questão, uma sugestão e um esclarecimento. -----

A questão é a seguinte. Qual é o ponto de situação da Barragem de Vila Chã? Eu já não passo há três dias naquela estrada, mas vi que a subida não está a ser ao ritmo que nós gostávamos. Se é normal, se vai conseguir recuperar a posição em todo o inverno, ou seja, qual o ponto de situação. A sugestão que aqui trago hoje tem a ver com o que já foi falado aqui também pelos meus colegas. As feiras e a promoção dos produtos no exterior do nosso território. Era importante nós percebermos qual é a dimensão do volume de negócios que os produtores aumentam com essas feiras. A minha sugestão seria colocar um inquérito à consideração dos produtores que vão prestar representação nessas feiras para podermos analisar se efetivamente vale a pena investir ainda mais, se vale a pena continuar ao nível que está ou se vale a pena reduzir um pouco, atendendo se o volume de negócios sobe ou não sobe.-----

Deixo aqui um esclarecimento: eu sou completamente a favor da promoção do nosso concelho e acho que o foco agricultura/turismo tem de ser dinamizado ainda mais. Mas é importante termos a perceção no terreno daquilo que se passa, se os produtores estão satisfeitos, se vendem mais e se aumenta o volume de negócios com isto. -----

O esclarecimento tem a ver com a questão da capacidade que o Senhor Presidente disse que eu tinha mas não tenho - capacidade de prever avarias - eu já sabia, não em agosto, mas no início do ano letivo, que o aquecimento estaria avariado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Neste ponto queria fazer uma pergunta muito objetiva e muito sentida pela população, neste caso concreto da Freguesia de Vila Chã, mais os de Vila Chã, que passam lá todos os dias. Temos aquela estrada de Chã/Vila Chã e com certeza que se lembram por que ando há muito tempo aqui a falar nisso, tem buracos e continua com buracos. - Antes, foi dito aqui pelo Senhor Presidente e eu acredito aqui nas pessoas, como nele também, que quando viesse a massa asfáltica seriam tapados aqueles buracos. Tenho conhecimento que a massa asfáltica já veio, já endureceu agora com o inverno, ela ficou rija e Vila Chã continuaria com aqueles buracos. Só não continua porque a Junta de Freguesia de Vila Chã já os tapou também com massa asfáltica. -----

E verdade seja dita, que a vim levar daqui do Município. Alguns estão tapados, outros não. Gostaria que o Senhor Presidente me explicasse esta situação. -----



Sobre a Barragem de Vila Chã, que o Senhor Deputado Cláudio falou, disse que não tem lá ido, eu vou lá com frequência, muitas vezes para vir para a Alijó passo por lá. Também sei que já houve uma entrevista do Senhor Vice-Presidente onde dizia, falava em vinte por cento para cima ou para baixo. -----

Mas o certo é, como diz o Senhor Deputado, a Barragem de Vila Chã continua com um lençol de água muito inferior àquilo que seria necessário. É verdade que choveu muito, mas não repôs a água. -----

Depois, só deixo aqui um apelo. Agora estão em moda - tal como diziam antes, que eram moda os polivalentes - os miradouros. Muito bem nada contra isso, tudo o que seja para enriquecer o património do concelho de Alijó e das suas gentes é ótimo, mas queria aqui deixar a esta Assembleia que Vila Chã tem um miradouro natural de excelência e o Senhor Presidente sabe. Deixo aqui, para que toda a gente saiba também que há movimentações da vida cívica e social da Freguesia de Vila Chã, para que se faça ali um miradouro. Um miradouro em trezentos e sessenta graus, uma coisa importante. ---Deixo aqui uma pergunta muito objetiva ao Senhor Presidente: o que é que pensa, dar continuidade ou não dar, apoiar, a forma como o Senhor Presidente quiser, mas que se junte à força e à vontade das pessoas. Este miradouro chama-se Senhora dos Remédios. -----

Por último e sobre o Executivo. É verdade que já foi a Vila Chã, é verdade que andamos pela freguesia toda, mas acho que era pertinente - e eu já na última Assembleia aqui o disse - a conclusão. E porque era importante? Era ainda mais importante agora. Porque as Juntas têm de fazer o seu plano e orçamento para dois mil e vinte e três, e se tivéssemos tirado conclusões daquilo que a gente visitou -com certeza o Senhor Presidente até irá apoiar algumas obras - com certeza que agora a Junta de Freguesia ia ter isso em conta no plano e orçamento para dois mil e vinte e três. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhora Deputada Manuela relativamente à obra da Rua da Escola no Amieiro, de facto, ela "já tem barbas". -----

Fomos obrigados a denunciar o contrato com o empreiteiro porque ele pura e simplesmente não responde, não continuou com a obra. Portanto, a lei assim o obriga e neste momento está terminado o contrato. Está-se a preparar um procedimento para terminar a obra. -----

Mas de facto houve uma ausência durante muito tempo do empreiteiro quer na obra, quer nas respostas às notificações do Município. -----

Relativamente ao transporte de alunos fora do concelho, designadamente do concelho de Sabrosa e São João da Pesqueira, dizer apenas o seguinte: acho que devemos ter esta postura assumida e dar-lhe continuidade. Se calhar é a única forma de mantermos as escolas abertas no Pinhão. -

DEPUTADA MANUELA ALVES: Mas, não devia.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: Pois, fechávamos as escolas, não é? Há muita gente a equacionar isso, mas eu ainda não arrisquei. -----

Senhor Deputado Cláudio Vilela, inquirido aos produtores relativamente ao impacto da sua participação nas feiras e das feiras desenvolvidas pelo Município, acho uma boa ideia, que é uma boa iniciativa para que os serviços de turismo de facto tentem apurar essa questão. -----

Nós temos a sensação do que isso significa para os produtores, porque vê-se no volume de negócios que há de facto um impulso significativo, quantificar isto com números reais não consigo dizer, mas acho interessante, vamos pensar nisso. -----

Quanto à Barragem de Vila Chã, eu quero crer que no final de janeiro deva estar cheia. Ela está a encher a muito bom ritmo. Ela deve estar neste momento muito próximo dos quatro metros e meio, cinco metros de água se tivermos consideração o nível mínimo a que chegou. Atualmente ela deve estar muito próxima dos trinta e cinco por cento, se não estiver mais. Portanto, eu estou convicto que até final de janeiro a Barragem enche, eu acho que a água já é suficiente. -----

Relativamente à Estrada de Chã/Vila Chã, Senhor Presidente eu sempre lhe disse que quando decorre-se uma obra de alcatrão no concelho que essa seria contemplada. Uma obra, não me parece que seja com remendos. Está-me a falar da estrada que vem para o cemitério de Vila Chã, de facto terá de ser uma intervenção global. -----

Relativamente ao miradouro natural da Senhora dos Remédios, conhece a minha opinião. Aliás, visitámo-lo aquando da Presidência em Movimento em Vila Chã. Na altura até avançamos um bocadinho o tema, mas não queria estar aqui adiantar mais sobre isso. Obviamente que não deixaremos de estar presentes, de nos associarmos a esse investimento e acho de facto que é muito bonito. -----

Como sabe, há outros investimentos que se perspetivam para Vila Chã. Aliás, ainda há dois ou três dias falamos num deles que também levantamos aquando da Presidência e está a dar frutos. Não é só umas fotografias. -----

PRESIDENTE DA MESA: Este ponto é apenas para tomada de conhecimento. -----

Introduz o **PONTO 2 – PRESENTE INFORMAÇÃO DOSU/2022/1034 REFERENTE A INÍCIO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO DE “AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICOS PARA O ANO DE 2023”**. -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Este ponto é referente a um procedimento que foi lançado para aquisição de combustíveis rodoviários para o ano de dois mil e vinte e três. -----

Dado o montante em causa e atendendo a que não havia autorização prévia da Assembleia Municipal para podermos avançar com este procedimento, mas dada a urgência do seu lançamento pratiquei o ato. Como vêm o investimento é substancialmente superior aos cem mil euros que a lei prevê. Acima desse volume, como sabem, tem que haver autorização prévia ou



específica da Assembleia. Não vi alternativa a não ser praticar o ato, submeter à Câmara Municipal e agora a Assembleia Municipal para ratificar este meu ato. É só isso que se pede. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, não havendo inscrições. -----

Coloca à votação o **PONTO 2 - PRESENTE INFORMAÇÃO DOSU/2022/1034 REFERENTE A INÍCIO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO DE “AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICOS PARA O ANO DE 2023”**. Tendo sido aprovado ratificar o ato, por unanimidade, com trinta e dois votos, nos termos do art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo, em cumprimento do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012.-----

Introduz o **PONTO 3 - PRESENTE INFORMAÇÃO UOF AF/2022/1198 REFERENTE A REPROGRAMAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2022/2023 - “ETARS BIOLÓGICAS FORA DA BACIA DA ALBUFEIRA DO TUA – EXECUÇÃO FRANCELOS (2021/1/83)”**.-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Este é um caso muito parecido ao anterior.-----

É um procedimento para a execução de uma ETAR Biológica em Francelos que esteve numa primeira fase em concurso, mas que ficou deserto. Foi depois submetido novamente a concurso. E este investimento estava previsto para ser realizado, parte dele, em dois mil e vinte e dois ainda. Portanto, somos obrigados a reprogramar este investimento que terá também expressão em dois mil e vinte e três, de acordo com os números que os Senhores Deputados tiveram oportunidade de verificar. A reprogramação assim feita contempla para o ano de dois mil e vinte e dois o valor de vinte e seis mil e quinhentos euros, que pelos vistos não se vai executar, e em dois mil e vinte e três cerca de cento e setenta mil euros.-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito o Senhor Deputado António Fernandes.-----

Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes.-----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Toda a gente sabe que há muito tempo que se anda a falar daquela situação norte da Chã, sem saneamento básico.-----

Ainda hoje ao almoço houve um município que me abordou e disse: “ Sr. Fernandes como é possível em pleno século vinte e um a Chã ter a zona norte toda sem saneamento?”. Aconteceu ainda hoje. E o que é que eu respondi? Que isso não está esquecido, tem sido falado e com certeza que há uma solução.-----

E eu até me adiantei mais e disse que o Senhor Presidente da Câmara já solicitou os serviços do Presidente da Junta para encontrar um terreno para resolver esse problema. Toda a gente sabe



que foi assim. A minha pergunta é muito direta e muito objetiva e sem estar a querer maçar o Senhor Presidente. Mas, o que é que me diz sobre esta situação? -----
Já andamos há muitos anos a debatermo-nos com essa situação, o que pretende fazer com aquela zona? Sabemos que até lá há casas comerciais. -----
Eu podia não ter visto, porque os documentos são volumosos e eu realmente não encontrei nada para aquele saneamento. Pode-me dizer que está em alguma coisa genérica, mas como Francelos está focado e outros assim, não vejo nenhuma referência para aquele caso em concreto. É só saber se pelo menos está contemplada, no plano e orçamento para dois mil e vinte e três, esta situação. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Esta questão deveria ter sido colocada antes, no período antes da ordem do dia, mas respondo no ponto seguinte. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 3 - PRESENTE INFORMAÇÃO UOF AF/2022/1198 REFERENTE A REPROGRAMAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2022/2023 - "ETARS BIOLÓGICAS FORA DA BACIA DA ALBUFEIRA DO TUA – EXECUÇÃO FRANCELOS (2021/II/83)"**. Tendo sido aprovado ratificar o ato, por unanimidade, com trinta e três votos, nos termos do art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Introduz o **PONTO 4 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1224 INFORMANDO DA NECESSIDADE DE PROCEDER À 39.ª ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2022 – MODIFICATIVA – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PPI PROJ. 2021/II/97**. -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Temos aqui mais um exemplo de um investimento que já é do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais. -----

Estava previsto ser executada, em dois mil e vinte e dois, a aquisição de três viaturas elétricas - três mini autocarros – entretanto, feita a consulta ao mercado e desenvolvido o procedimento, estima-se um prazo de entrega entre oito a dez meses o que é suscetível até de colocar em risco a execução dos fundos comunitários. -----

O POSEUR tem um regulamento muito complicado, complexo e muito exigente. Esperamos que quem tem a autoridade de gestão desta medida tenha em consideração estas condicionantes do mercado e não coloque em causa o financiamento comunitário ao Município. -----

Isto, como sabem, é um investimento muito avultado, mas há sempre esse risco potencial. -----

Ou seja, não havendo execução em dois mil e vinte e dois, há que reprogramá-lo para dois mil e vinte e três. Porque é o que diz aqui o relatório de informação, é quase certa a entrega dos bens apenas em dois mil e vinte e três, daí esta alteração modificativa. -----



Senhor deputado António Fernandes relativamente à sua questão, de certeza absoluta que a medida em si está refletida em PPI. Em termos de cabimentação orçamental ou de volume orçamental alocada a esse projeto, não tenho memória, mas já fomos conversando sobre isso. Mas se quer que lhe diga publicamente nesta Assembleia, o Dr.º Luís está a dizer que sim, que está previsto avançar com esse investimento.-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito o Senhor Deputado: Rui Lopes. -----

Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Vejo no documento para aquisição de três mini autocarros da marca Karsan. Pergunto se é o veículo que é o mais vantajoso no caso, se não houve outros veículos elétricos que tivessem igual capacidade ou se houve outros veículos a concurso.-----

Já vi, por exemplo na cidade de Vila Real, a circular e parece-me que funcionam bem, mas também já vi alguns parados por falta de energia, possivelmente.-----

Portanto, pergunto se a concurso houve mais veículos de outras marcas.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: De facto a variedade em matéria de veículos desta natureza é muito pouca.-----

Por acaso este miniautocarro, já o experimentamos aqui em Alijó, a marca já o trouxe cá em tempos muito antes de nós avançarmos para o concurso e daquilo que nos foi possível observar acho que é um bom mini autocarro.-----

Este procedimento foi um procedimento de contratação pública recorrendo a uma plataforma de compras, uma central de compras. Se a memória não me falha, foi preciso até um concurso público Internacional e a variedade de marcas não é muita. Havia duas, três marcas na plataforma, mas esta era a que apresentava melhor preço. O Município recorreu a esta marca porque era a que tinha melhor preço. É apenas uma coincidência ser da marca Karsan e ter melhor preço.-----

Não sei se têm noção que estes são mini autocarros para transportes escolares, estão homologados e certificados para transporte de crianças.-----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 4 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1224 INFORMANDO DA NECESSIDADE DE PROCEDER À 39.ª ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2022 – MODIFICATIVA – REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PPI PROJ. 2021/1/97.** Tendo sido aprovado ratificar o ato, por unanimidade, com trinta e três votos, nos termos do art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo, em cumprimento do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012.-----



Introduz o **PONTO 5 - PRESENTE INFORMAÇÃO UOF AF/2022/1226 REFERENTE A 1.ª ADENDA – BEI – PEDIDO DE FINANCIAMENTO NORTE-03-1406-FEDER-000092_05031.-----**

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Este ponto propõe uma primeira adenda ao pedido de financiamento, uma operação bancária de recurso ao crédito com o Banco Europeu de Investimentos para fazer face à contrapartida nacional, neste caso o Município, na execução da Ciclovia do Campo Meão.-----

Como sabem este investimento foi realizado com recurso a fundos de região, discutidos no âmbito da CIMDOURO na área da mobilidade.-----

O Município não foi contemplado porque não havia fundos suficientes com a dotação suficiente para fazer face a este investimento. O preço de empreitada, o custo da empreitada ia muito para além das verbas comunitárias disponíveis para o Município de Alijó.-----

E portanto, o Município tinha que fazer face à contrapartida nacional ou com verbas próprias ou com recurso a empréstimo bancários.-----

Como estávamos com um grande volume de investimento comunitário e a contrapartida do Município também muito significativa em vários investimentos, nós avançamos e a Assembleia aprovou em julho de dois mil e vinte o recurso ao empréstimo BEI.-----

Entretanto, como outros Municípios não executaram e havia verbas disponíveis, houve uma redistribuição pelos restantes Municípios. Municípios que estavam com dinamismo e com capacidade de execução de dinheiros sobranes. E o Município de Alijó foi contemplado com um reforço de participação neste investimento da Ciclovia.-----

Daí que a verba que tínhamos negociado em matéria de empréstimo com o BEI, para este projeto em concreto, foi fruto do reforço dos fundos comunitários e foi reduzida de cento e setenta e dois mil e quinhentos e sessenta e dois euros para cerca de cento e onze mil e quinhentos euros. ----

Isto no fundo o que traduz é uma diminuição no recurso ao BEI para efeitos deste projeto e carece de uma adenda. É isso que aqui se traz para aprovação.-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Rui Lopes.-----

Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes.-----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Eu estava à espera que a oposição viesse aqui dizer: "Muito bem Senhor Presidente, você conseguiu captar mais investimento, você diminuiu o acesso à banca, você está a trabalhar bem Senhor Presidente".-----

Eu estava à espera que a oposição viesse dizer estas coisas, porque afinal quando é bem a oposição também diz que está bem.-----

Olhe, da minha parte e da parte de todo grupo "Afirmar a Nossa Terra" que acho que represento aqui, continuamos a afirmar a nossa terra.-----



PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 5 - PRESENTE INFORMAÇÃO UOF AF/2022/1226 REFERENTE A 1.ª ADENDA – BEI – PEDIDO DE FINANCIAMENTO NORTE-03-1406-FEDER-000092_05031**. Tendo sido aprovado, por unanimidade, com trinta e três votos, nos termos e para efeitos da alínea f) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e n.º 5 do art.º 49.º da Lei 73/2013 de 03/09 e alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21/2. -----

Introduz o **PONTO 6 - PRESENTE INFORMAÇÃO EE/2022/1123 REFERENTE A APOIO FINANCEIRO AO FOMENTO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA PELO MUNICÍPIO DE ALIJÓ**. -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Este ponto é apenas para conhecimento.-----

Como sabem o Município de Alijó criou um programa específico de apoio à produção para o concelho de Alijó. O regulamento foi objeto de discussão pública, publicado em Diário da República, e aqui está o resultado apenas neste primeiro ano de implementação deste apoio. ---

Dar nota que entraram vinte e um pedidos de apoio, no âmbito deste regulamento municipal, que totaliza um volume de transferência para a pecuária do concelho em cerca de cinco mil euros, concretamente quatro mil oitocentos e sessenta e quatro euros. -----

Portanto, este é o volume de pedidos de apoio que entrou no ano de dois mil e vinte e dois para apoio à pecuária. Estamos a falar de bovinos, ovinos e caprinos e que ainda vai ser pago no ano de dois mil e vinte e dois.-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados: Cláudio Vilela e Rui Lopes. -----

Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela.-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Inscrevi-me neste ponto para trazer aqui algo de novo. É a minha opinião para tentar ajudar ao fomento da agricultura também no nosso concelho, porque se não tivesse nada de novo para trazer aqui, não me tinha inscrito. -----

Portanto, mais uma sugestão, desta vez vai para os nossos presidentes de Junta de Póculo e Ribalonga e Vila Verde. Nem por acaso, recebi há pouco aqui o cartaz da Feira dos Reis, com os prémios dos produtores de gado e dos animais a concurso. -----

E a minha sugestão vai no seguinte, porque sei que são as duas Freguesias que têm feiras em que há prémios para os animais a concurso, seria para fomentar a produção no nosso concelho.

Quando eu vou, tenho a perceção - não sei se é de todo verdade - que a maior parte dos produtores são de fora do concelho, os que ganham prémios. E a minha sugestão seria para implementar um prémio nessas feiras para distinguir os melhores produtores do concelho. -----

Admito que não tinha visto o cartaz todo, apenas o consultei no telemóvel e não é fácil de ver. ---

Sugestões já dei muitas hoje, deve ser do facto deste período natalício.-----



Portanto, Senhor Presidente da Câmara, de facto a medida é útil, é um valor muito baixo para o orçamento municipal, são quatro mil e tal euros, mas tenho certeza que é muito grande para os produtores agrícolas. -----

Lanço também o repto de estender isto a outras áreas de atividade para complementar a atividade agrícola dos agricultores e o seu rendimento e promover a fixação de mais pessoas na agricultura.

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Mais uma vez se confirma, olhando para o cartaz em questão, vemos aqui para além das maronesas, etc., etc., também ovinos e caprinos. -----

Portanto, continuamos a cumprir a promessa, tanto a Freguesia de Vila Verde como o Município que apoia este evento, cá temos os prémios para ovinos e caprinos. -----

Portanto, continuamos a afirmar a nossa terra. -----

PRESIDENTE DA MESA: Este ponto é apenas para tomada de conhecimento. -----

Introduz o **PONTO 7 - PRESENTE PROPOSTA N.º 56, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE A PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO.** -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: É uma proposta que carece de aprovação da Assembleia Municipal, traduz-se na possibilidade de aderir, fazer parte da Associação Nacional dos Municípios Produtores de Vinho. -----

O Município já fez um ensaio para adesão a esta Associação há alguns anos atrás, salvo erro, no mandato de treze/dezassete, que depois ficou parada. -----

Entretanto, como sabem o Douro foi distinguido - "Cidade Europeia do Vinho", e é condição, agora obrigatório, que todos os Municípios que queiram participar e ver os seus eventos contemplados com o apoio e publicitados e incluídos no programa da "Cidade Europeia do Vinho" é obrigatório que estejam associados nesta associação de Municípios produtores de vinho. -----

É por isso que se propõe a adesão do Município de Alijó que tem um encargo anual de mil euros, salvo erro, e uma quota inicial de entrada de quinhentos euros. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados: António Fernandes e Rui Lopes. -----

Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Quando as coisas vão ao encontro das necessidades da população maravilha, muito bem. -----

Mas espantamo-nos nós, que eu nunca pensei e aos anos que ando nesta vida, pedirem para a oposição falar. Olhem que isto é interessante. O que eu acho é que a oposição é precisamente para levantar os problemas, mas não a pedido. Então agora pedem-nos para falar. -----



Sobre este assunto, fico grato pelo Senhor Deputado pedir para a gente falar, mas é para apoiar a iniciativa, porque sabemos que a viticultura é importante, que muita gente do concelho vive da viticultura. Não é mil euros, a joia ou não sei o que, que vai impedir de estarmos ao lado dos nossos agricultores.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Senhor Deputado de facto obrigado por ter participado, é sempre um gosto ouvi-lo falar.-----

Mas a maior parte dos agricultores, dos viticultores do concelho de Alijó vivem da viticultura. Alguns vinificam, outros nem por isso, vendem as uvas. Portanto, a maior parte vive da viticultura, outros por exemplo, que também estão aqui presentes nesta Assembleia, vivem da viticultura e da viticultura. Portanto, enquanto duriense dos quatro costados, enquanto pequeno agricultor, enquanto Alijoense fico contente que o nosso Município entre para esta associação e se associe a todas estas iniciativas.-----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções, coloca à votação o **PONTO 7 - PRESENTE PROPOSTA N.º 56, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE A PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO.** Tendo sido aprovado, por unanimidade, com trinta e três votos, nos termos da alínea u) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2 do art.º 25 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09.-----

Introduz o **PONTO 8 - PRESENTE PROPOSTA N.º 55, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE AO MAPA DE PESSOAL A VIGORAR EM 2023 E MAPA DE RECRUTAMENTOS PARA 2023.**-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Esta questão é do agrado de todos os Senhores Deputados Municipais, sempre objeto de muita informação, muita crítica e opiniões.-----

Senhores Deputados eu resumo a minha apresentação a este mapa de pessoal para dois mil e vinte e três, é exatamente o mesmo do ano transato, acrescido da criação de uma vaga de enfermagem animal que com certeza já deduziram a que se destina, será para o futuro funcionamento do nosso canil municipal.-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, não havendo inscrições.-----

Coloca à votação o **PONTO 8 - PRESENTE PROPOSTA N.º 55, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE AO MAPA DE PESSOAL A VIGORAR EM 2023 E MAPA DE RECRUTAMENTOS PARA 2023.** Tendo sido aprovado, por maioria, com oito abstenções do Grupo Municipal do Partido Socialista e vinte e cinco votos a favor do Grupo Municipal "Afirmar a Nossa Terra".-----

-----**INTERVALO**-----



PRESIDENTE DA MESA: Introduz o **PONTO 9 - PRESENTE PROPOSTA N.º 57, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DOS PLANOS) PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023.** Dá a palavra ao Chefe da Divisão Administrativa e Financeira que faz uma apresentação -

-----**ANEXO I**-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que prescinde do uso da mesma.-----

É aberto período de inscrições, tendo tendo-se inscrito os Senhores Deputados: Manuela Alves, António Fernandes, Carlos Monteiro, Cláudio Vilela e Aurelina Pereira.-----

Dá a palavra a Sra. Deputada Manuela Alves.-----

DEPUTADA MANUELA ALVES (PS): Vou ser breve até porque foi longa a apresentação.-----

O que eu queria dizer é que, apesar de se tratar de documentos previsionais, ser uma projeção, não tem de ser isto propriamente a execução. Temos sempre aqui algo a retirar porque nós temos de ver nesses documentos um indicador de orientação política do Executivo.-----

Muito se retira do lado da despesa, para ser breve diria que é um orçamento de continuidade muito a partir do que foi o ano anterior, de dois mil e vinte e dois. Tem aqui um cariz despesista na minha ótica. Porque, vê-se que as despesas com pessoal atingem os quarenta e oito por cento da despesa corrente. Aqui foi alertado pelo Dr. Luís que de facto temos que atender, ao longo de todo o processo, a estes equilíbrios.-----

Para além deste montante em pessoal, também tem previsto em trabalhos especializados o montante de um milhão e quatrocentos e vinte e três mil e ainda oitocentos e três mil para outros serviços. O que significa que é um peso grande, enorme, para além dos cinquenta por cento aqui a agregar estes dados no âmbito da despesa corrente.-----

Com o aumento da dívida prevê-se que haja aqui um incremento de dois e meio por cento, relativamente ao orçamento do ano anterior. Claro que aqui podemos estar a prever alguns aumentos que têm a ver com as taxas de juro, com aquilo que está a acontecer.-----

Do lado da receita, a Câmara pensa conseguir gerar oito vírgula sete por cento da receita corrente com a venda dos bens e serviços que presta, face à receita corrente. O que é muito pouco. O que significa, conforme já foi dito aqui, tem muito pouca autonomia financeira, ou seja, depende no seu grosso e basicamente das transferências da administração central. Não nos podemos queixar, eu acho que o governo tem sido generoso. Este governo, portanto, quando estamos aqui a criticar tem sido generoso, não é só com esta autarquia, obviamente. Mas estas autarquias vivem essencialmente das transferências.-----

Não conseguimos gerar receita própria, é manifestamente pouco gerar oito vírgula sete por cento da receita corrente. Também, para além disso, relativamente ao orçamento anterior, o incremento



onde se nota mais é na receita de capital. A receita de capital sofreu um incremento de cem por cento relativamente ao ano anterior, dos quatro milhões passou para os oito milhões e que aqui já foram apresentados. -----

Basicamente sobre isto, eu acho que não há mais nada a dizer. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): A Deputada Manuela Alves explanou muito bem sobre aquilo que eu vinha falar, mas há sempre mais alguma coisa que a gente tem que acrescentar. -----

E vamos ao foco. Só os encargos com pessoal são seis milhões, caríssimos amigos. Seis milhões que vamos gastar com pessoal. -----

Depois, podem dizer "lá estão eles". Que fique bem claro que eu, os da oposição, como aqui já foi dito, gostava de ser tratado como um Deputado Municipal, não como uma oposição. Aqui somos todos iguais e penso que queremos todos o mesmo. E por estarmos preocupados com os mesmos assuntos é que estamos aqui para falar disso. Então seis milhões num orçamento de doze milhões é qualquer coisa, estamos a falar de quarenta e oito por cento. -----

Portanto, caríssimos amigos nós - que fique bem claro - não estamos contra a admissão de pessoal. Teríamos uma gestão diferente do pessoal. E como seria essa gestão? Já aqui foi dito também, era ponderar acerrimamente onde é que é preciso pessoal e então depois contactar esse pessoal já com um fim e com um objetivo. -----

Agora, vamos-lhe pegar de outra forma, se aumentarmos tanto em pessoal porque é que depois também aumentam os serviços prestados do exterior, ou seja, se recrutamos recursos humanos para fazer determinados serviços como é que depois também aumentam os serviços adjudicados ao exterior. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Carlos Monteiro. -----

DEPUTADO CARLOS MONTEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Antes de mais queria fazer uma sugestão quanto à forma do documento, isto é, se o documento não era possível em vez de ser um PDF, uma imagem digitalizada se fosse um PDF pesquisável, de forma a ser possível a consulta por assunto, por exemplo: procurar por educação. -----

A questão é que foi assinado e digitalizado e se fosse um documento feito a partir de uma base editável passada para PDF, até assinavam digitalmente, é uma sugestão. -----

Relativamente e falando da parte que me é mais cara, que é a parte da educação, por exemplo: estava-se a pedir AEC' s por mais uma hora por dia, mas depois, por outro lado, não se querer gastar mais em pessoal. -----

Por outro lado, sabemos que a autarquia recebeu funcionários, portanto, muitas pessoas passaram agora a ser funcionários da autarquia. Obviamente que agora recebem a respetiva transferência do que vem do Ministério da Educação para pagar aos funcionários. Daí esse grande



acréscimo nos gastos com pessoal, mas se me perguntarem a mim, chega? A questão é que continua a ser pouco. Há muita gente que está em idade avançada, que está muito perto da reforma, e que vai ser necessário ser substituída. -----

O que me leva a outra questão que a Senhora Deputada Manuela falou há pouco, relativamente aos alunos do Pinhão. Devíamos ir buscar alunos aos concelhos limítrofes? Se calhar não, se calhar até podíamos ter fechado as escolas todas do concelho e ficávamos só aqui com Alijó e no centro escolar, se calhar cabiam cá todos. -----

Portanto, se calhar vai ter que haver aqui uma gestão diferente, não sei. Mas quem é que vai ser o carrasco das escolas de Pegarinhos, Vilar de Maçada, Sanfins, Vilarinho de Cotas que têm pouquíssimos alunos.-----

É algo muito complicado, se calhar ninguém quer assumir esse ônus de matar essas escolas.----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Senhor Presidente, permita-me que cumprimente o Dr.º Luís pela apresentação que aqui fez e na pessoa dele cumprimentar todos os funcionários do Município que trabalharam para a elaboração deste orçamento e que vão trabalhar no futuro para a sua execução.-----

Depois, queria começar por dizer aquilo que eu já venho a dizer sucessivamente ao longo dos anos, continua a haver discrepância nas verbas a transferir para as Juntas de Freguesia.-----

Senhores Presidentes de Junta acham que as verbas para as Juntas de Freguesia estão a ser distribuídas de uma forma correta? Há Juntas de Freguesia maiores a receber menos que Juntas de Freguesia menores. É só isto que eu tenho a acrescentar, o resto já disse nos outros anos e não vos quero maçar mais. -----

Depois disso, quero também dizer o seguinte e neste caso também focar-me um pouco nos Presidentes de Junta, que cada um procura puxar o máximo para a sua Freguesia. Eu sei que não é fácil fazer este tipo de gestão, os Presidentes de Junta querem mais e mais e a Câmara tem que gerir o que é que pode dar e não pode dar.-----

Mas a verdade é que há exceção, as ETAR' s, das mini ETAR' s que foram potenciadas. É verdade que também há uma vontade da Câmara em construí-las, mas foram potenciadas por aqueles processos todos da APA. -----

A APA disse, "ou vocês constroem as ETAR' s ou vão ser multados em x valor", que seria uma grande parte do valor da sua construção. Só há aqui duas freguesias que têm uma previsão efetiva, não estamos a falar de rubricas abertas, estamos a falar de uma previsão efetiva de valores significativos de investimento, refiro-me concretamente à freguesia de Alijó e à freguesia de São Mamede. -----

Portanto, tudo bem que não é obrigatório fazer investimentos de grande monta todos os anos em todas as freguesias. E estou a olhar diretamente já aqui para o Senhor Manuel Vilela e sei que



Sanfins do Douro teve um investimento muito grande no ano passado. Curiosamente um investimento que até foi financiado quase a cem por cento por fundos europeus. Quando a Câmara pretendia dar, através de fundos próprios aquela obra à população, ia gastar aquele investimento todo em Sanfins, mas os fundos europeus substituíram-se e no fundo pagaram aquela obra. ----- Seria justo que os investimentos nessa freguesia continuassem. Lembro que há ruas miseráveis que é necessário ver, já falei disso aqui no passado. -----

E falo concretamente de freguesias onde não se vê investimentos com valores de monta, por exemplo: Vila Verde, Pópulo, Ribalonga, Vilar de Maçada, Pegarinhos, Santa Eugénia e Favaios não se vê grandes investimentos previstos para estas freguesias. Embora haja lá rubricas abertas, mas é só manutenção. -----

Portanto, acho que tem que haver aqui uma melhor distribuição da situação. -----

Outra situação importantíssima, e nós já vamos ver mais à frente, tem a ver com a manutenção das estruturas, mas falaremos sobre isso mais à frente. -----

Outro ponto importante, que os meus colegas já referiram aqui nesta questão do orçamento e do plano de atividades, a questão da eficiência dos serviços. O colega que me antecedeu falou aqui na questão das escolas que precisam de pessoal. Exatamente. Precisa de pessoal, mas no ano passado entraram um número de trabalhadores que neste momento não consigo precisar. E no próximo ano prevê-se a entrada de mais cinquenta e três. -----

Senhor Presidente, isto não se traduz numa eficiência dos serviços, há processos na Câmara de Alijó em diversas situações que se arrastam permanentemente. -----

Lembro agora, por exemplo, que outro dia estive no parque infantil de Alijó, não sei se é da competência da Câmara ou da Junta, é um parque relativamente novo e tem lá um baloiço com uma corrente, um gancho, que precisa de manutenção, precisa de ser substituído. Pode pôr uma criança em risco e se não se fizer pode até levar a mais gastos. -----

Portanto, a eficiência dos serviços vai-se fazendo, vai-se fazendo. Outro caso, o exemplo de Vilar de Maçada. Aquela rampa, na subida para Cabeda, foi lá rasgado um troço de saneamento, e há quanto tempo está aquilo por pavimentar? Eu sei que a Junta de Freguesia tem colocado lá uns pedaços de umas coisas. Mas, efetivamente os serviços vão-se arrastando em diversas situações. Portanto, como aqui foi dito, o orçamento para o ano de dois mil e vinte e três reflete, e muito, o aumento de despesas com pessoal. Com os cinquenta e três funcionários que vão entrar, são cerca de quatrocentos mil euros, já está a roçar os seiscentos mil euros. Efetivamente, há uma transferência do governo para os funcionários que vieram para a autarquia, mas também transfere o competente em valor, para pagar esses funcionários. -----

O quadro de pessoal prevê um aumento de vinte e nove por cento, num ano em que vamos entrar numa recessão económica. Todos os economistas preveem em isso. -----



Portanto, estamos a condicionar o presente e o futuro, não sabemos no que é que isto vai dar. O Covid19 condicionou-nos, a guerra na Ucrânia também. A questão do gás que o Senhor Presidente referiu, condicionou-nos e muito, talvez vá ser um dos maiores aumentos do orçamento e das atividades do Município-----

Portanto, a acrescentar a tudo isto, há uma dependência de cerca de oitenta e dois por cento das receitas do orçamento de Estado. As nossas receitas próprias não chegam sequer para pagar o quadro pessoal. -----

Vamos supor que há uma outra contingência, quer por parte do governo ou da União Europeia, que nos cortam nos investimentos, como é que nós vamos fazer? É um bocado preocupante. ----

Depois disto tudo e continuando ainda no quadro de pessoal, apesar de haver a entrada de tanta gente, tantos técnicos superiores, continua a haver prestação de serviços externos. -----

Então nesse caso Senhor Presidente não será de equacionar e ajustar? Estou a falar de contratos de prestação de serviços externos. Não seria necessário equacionar e verificar a realidade do Município? -----

Verificar as necessidades, verificar aquilo que é necessário para o Município. Ajustar, tirar de um lado, pôr no outro, requalificar funcionários e pôr isto efetivamente a funcionar. -----

Hoje não vos vou maçar com situações concretas, mas no futuro, quem sabe, se não vos trarei aqui situações concretas, de casos que se andam a arrastar pelo Município. Aliás, já disse duas ou três. Efetivamente falar sobre o orçamento não é fácil. Eu não me estou a basear na questão técnica porque isto está correto, está certo.-----

Portanto, o nosso voto de abstenção não vai contra a elaboração do documento, vai contra a forma como ele vai ser executado, o que está planeado.-----

Portanto, vamos todos e cada um de nós pensar nas responsabilidades que temos e principalmente os Senhores Presidentes de Junta na responsabilidade que têm para com os vossos cidadãos e pedir um pouco mais de equilíbrio neste documento. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sra.^a Deputada Aurelina Pereira. -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Em primeiro lugar queria agradecer ao Dr.^o Luís e a equipa da contabilidade pela forma como apresentaram este documento. -----

Portanto, é um documento bastante fácil de ler, eu que não percebo nada de números, sou franca, mas não tive grande dificuldade em interpretar este documento. -----

Consegui perceber que o orçamento da receita e da despesa ronda os vinte e dois vírgula quatro milhões de euros. Que temos as contas equilibradas, as contas do Município e acho que isso é muito importante. Que a principal fonte de receita vem do orçamento de Estado que são os oitenta e dois por cento. Dezoito por cento são provenientes de receitas próprias do Município e receitas não efetivas. Que em dois mil e vinte e três a maior fatia da despesa vai para investimentos, quarenta e um vírgula cinco por cento. -----



Que os gastos com o pessoal são vinte e sete por cento e não nos podemos esquecer aqui da delegação de competências e dos aumentos salariais que são impostos pelo governo central.----
Portanto, todos nós temos o direito a receber os nossos salários.-----
Temos também aqui uma despesa em bens e serviços de vinte e três por cento.-----
Interessa também saber que a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes é de cerca de um milhão e cem mil euros. Portanto, esta receita vai ser canalizada para despesas de capital aumentando desta forma o valor do património líquido municipal.-----
No PPI verifica-se a existência de obras geradoras de impactos positivos para algumas freguesias. Portanto, eu falo na minha, posso falar na criação/construção da loja do cidadão, a requalificação do Bairro da Arca, que está prestes a ser concluída, a incubadora e centro de negócios já em execução - que é o Café da Paz - e a requalificação do centro de lazer.-----
Em termos gerais este orçamento reflete a capacidade do Município em canalizar fundos comunitários para o nosso concelho.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Eu não vou contestar os factos que estão descritos nos documentos. Mas dá-me a impressão que os Senhores Deputados, das duas uma, ou estiveram com pouca atenção à exposição do Dr.º Luís, permitam-me que seja conciso, ou então, não têm bem a noção de que certos capítulos integram e refiro-me concretamente a despesas.-----

O Senhor Deputado Cláudio fala-me aqui na aquisição de serviços. Onde é que o Senhor Deputado nos documentos previsionais viu isso. Consta lá bens e serviços, bens e serviços.-----

O Senhor Deputado sabe o que é adquirir energia elétrica, gás?-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Não estou a falar disso. Refiro-me às avenças. Aquisição de serviços externos. Aumento de serviços externos. Aumento do custo com pessoal com serviço externo.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: O que é que o Senhor vê em termos de aquisição de serviços externos?-----

Senhor Deputado, quando a gente não sabe, pergunta. Está aqui o nosso diretor financeiro e ele esclarecia.-----

Os Senhores Deputados acham que é normal o Município com a dimensão de Alijó ter este volume de investimento comunitário? Acha que não exige a assessoria ou contratação de serviços designadamente a contratação de projetistas para elaborar projetos?-----

Quando os avisos saem, saem por um período tão curto de apresentação de candidaturas que se nós não tivermos a capacidade de antever o futuro e preparar os projetos para estarem prontos, não conseguíamos, tudo custa dinheiro.-----

Este edifício que aqui está custou trinta e três mil euros, o projeto.-----



A futura loja de cidadão mais o miradouro do Castedo, se a memória não me falha, ronda os cinquenta e três mil euros. Nós temos uma empresa a assessorar-nos em candidaturas de fundos comunitários, porque das duas uma, ou elas são bem fundamentadas e apresentadas como deve ser ou ficamos pelo caminho. -----

Os grandes Municípios não pensam assim, como é óbvio. -----

Despesas com o pessoal, tenhamos noção dos aumentos salariais, designadamente do salário mínimo nacional, mas não só da atualização salarial decretados pelo governo. -----

O Senhor Deputado tem noção quanto vai subir o ordenado mínimo nacional? Tudo se reflete aqui nos documentos previsionais. -----

É verdade que há aqui cerca de um milhão e quatrocentos em despesas com pessoal, por via da transferência de competências para o Município de Alijó, da educação e saúde, que pode não ser executada em dois mil e vinte e três. Essa competência ainda não passou para o Município, é o serviço social, da ação social exatamente. -----

Portanto, é bom que tenhamos noção disso. Porque nós, por um lado, gostamos muito de que os salários sejam atualizados, mas depois tudo isso se reflete aqui. -----

Falou aqui em cinquenta e três lugares de contratação, quem lhe disse que vamos contratar cinquenta e três pessoas? Está previsto no instrumento de gestão dos recursos humanos que é o mapa pessoal. -----

Se nós temos lá previstas cinquenta/cem vagas para preencher, não importa, que podem não ser preenchidas. E eu tenho vindo a contrapor aquilo que os Senhores Deputados vão dizendo, mas sempre da mesma forma. -----

O facto de estar ali cinquenta/cem vagas previstas, não quer dizer que aquela gente entre toda no quadro de pessoal. Mas se elas estão previstas, a massa salarial tem de estar também prevista para fazer face a isso. -----

Sabe quando é que nós vamos acertar tudo isto? No fim do próximo ano, veremos destes cinquenta e três quantos é que se contrataram, provavelmente zero. -----

Estava previsto cinco ponto nove milhões para a massa salarial, se calhar vai ficar nos quatro milhões. -----

E por força disto obviamente que a despesa corrente aumenta, mas também repararam que ainda assim não temos a fobia de esbanjar aquilo que é receita corrente. -----

Se tiveram cuidado de ver e o Dr.º Luís frisou isso e a Deputada Aurelina também já o disse aqui, que cerca de um milhão e cem mil da receita corrente vai financiar despesa de capital, vai para investimento. Isso é o que acho importante realçar aqui. -----

Autonomia financeira do nosso Município, depende fundamentalmente do orçamento de Estado, como é óbvio. A capacidade de gerar receita do nosso Município é aquilo que a gente sabe, não é. -----



Mas depois se não baixarmos o IMI, se não baixarmos o IRS, todos dizem que o Município não baixa os impostos, foi dado aqui o exemplo de Gaia, querem saber a taxa de IMI em Gaia? Zero trinta e oito. Sabem qual é a taxa que nós estamos a propor, zero trinta e cinco. -----
Não se pode querer chuva no nabal e sol na eira. -----
O Senhor Deputado Cláudio falou aqui das transferências para as Juntas de Freguesia. Eu não sei se está a falar do apoio anual que é transferido para as Juntas de Freguesia ou se estava a falar dos investimentos que estão previstos. Estava a falar do apoio anual. -----
Os Senhores Presidentes de Junta também sabem que há uma fórmula para cálculo disso. -----
DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Sim há fórmula mas, nós temos o direito de discordar dela.
PRESIDENTE DA CÂMARA: Claro que sim. -----
Falou-me novamente no investimento da Senhora da Piedade. O Senhor Deputado sabe que foi um compromisso meu, não quero que me agradeçam de forma alguma, mas uma coisa é certa, foi cerca de um milhão de euros que eu assumi, que faria com receitas próprias do Município e assim fiz. -----
Agora não podia desperdiçar a oportunidade, quando ela surgiu, para ir buscar esse dinheiro para as contas do Município. Como é óbvio tivemos que avançar. -----
Agora é verdade que é um orçamento prudente, pese embora os Senhores Deputados acham que em matéria de recursos humanos não o é, mas eu acho que é. O facto de termos aqui previsto todo o investimento em massa salarial, que em absurdo se poderia gastar em dois mil e vinte e três, mas não vai ser executado, é um ato de prudência, como é óbvio. -----
O volume de investimento de capital, como disse a Senhora Deputada Manuela Alves, duplicou ou vai duplicar, assim tenhamos capacidade em dois mil e vinte e três para o executar. -----
De facto, só prova que nós trabalhamos para isso. Aliás, quem esteve aqui na inauguração deste equipamento deve-se recordar, esteve aqui a Senhora Secretária do Desenvolvimento Regional e deixou bem claro o volume de investimento captado pelo Município, pelo Executivo, para o Município de Alijó. Deu aqui um número muito engraçado que se fosse eu a dizê-lo ninguém acreditava em mim, mas como foi ela a dizê-lo, terá ficado na memória das pessoas. Ela falou aqui em dez milhões de euros. -----
Não obstante o Município ter um número significativo de colaboradores nos seus quadros, é certo que continuamos com um quadro de pessoal envelhecido, com muita gente próximo da reforma. Aliás há muita gente nos nossos quadros a pedir a pré-reforma. -----
Mas, é verdade que para isso é preciso definir critérios. E se se definem critérios apetecíveis vai muita gente para a pré-reforma e ficamos com quadro desfalcado. Se não se definem critérios apetecíveis, com certeza não será aliciante e as pessoas não vão para a reforma. Mas é verdade que há uma grande percentagem no quadro de colaboradores que é envelhecida. -----



Aliás, dou aqui um exemplo da educação. E falei disso numa reunião de Câmara há dias, têm aparecido baixas frequentes em serviços essenciais por exemplo: a cantina e refeitório. -----
O Município não tem grandes possibilidades, se o agrupamento com recursos humanos que lá têm não puder fazer face a esse tipo de ausências temporárias, o Município também tem muita dificuldade.-----

O Município ou fecha serviços para acudir à educação e não se pode chegar ali à rua e contratar. Isto é muito complicado, vamos ver se conseguimos progressivamente sem onerar muito orçamento municipal como é óbvio, ir sempre refrescando, renovando o quadro de pessoal do Município. Porque os que vieram do Ministério da Educação também já são colaboradores do Município.-----

Mas é uma questão, a meu ver, que é das mais difíceis de gerir no Município. Antes de a competência passar para o Município, a educação estava no estado, o estado não tem rosto, está longe e ninguém ouve. Agora não, as coisas passaram a ter um rosto, o Executivo municipal, está próximo, está acessível é possível vir a uma reunião de Câmara municipal e protestar, o que é legítimo, as pessoas reivindicarem mais e melhor.-----

Mas o que é certo é que também gostava que percebessem que o Executivo municipal tem normas e instrumentos legislativos muito rígidos para gerir tudo isto e por vezes é muito difícil. Por muitos mais funcionários que se tenha, acudir onde eles fazem mais falta. Se contabilizarmos as baixas fraudulentas que são imensas - eu não tenho nada contra quem mete baixa, há pessoas efetivamente que necessitam dessa baixa - o que é certo, é que hoje em dia é relativamente fácil pedir uma baixa.-----

Portanto, acho que tem que haver sempre uma folga em matéria de recursos humanos para fazer face a estas situações pontuais que às vezes são extremas e causam imensa dificuldade nos serviços.-----

A educação é extremamente sensível, fechar uma cantina por falta de cozinheiros é um problema. Isto esteve na iminência de acontecer neste primeiro trimestre por diversas vezes, felizmente conseguimos fazer face à situação. Mas temos que jogar com tudo isto.-----

Só no final do ano podemos fazer o ponto deste assunto. Com certeza que dos cinco vírgula nove milhões, uma grande parte será executada por força, quanto mais não seja, das atualizações salariais que são muito significativas e têm um peso muito significativo.-----

Mas tudo isto já está previsto aqui. Todos os aumentos que vão ocorrer, os que já ocorreram em dois mil e vinte e dois e os que vão ocorrer em dois mil e vinte e três estão aqui previstos. E acreditem que é um montante muito significativo-----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES: Eu acredito na boa-fé, que os tais cinquenta e três previstos até podem não entrar, mas Senhor Presidente quantos entraram em dois mil e vinte e dois?-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: Os necessários só, mais nada.-----
PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 9 - PRESENTE PROPOSTA N.º 57, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DOS PLANOS) PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023.** Tendo sido aprovado, por maioria, com sete abstenções do Grupo Municipal do Partido Socialista e vinte e quatro votos a favor do Grupo Municipal “Afirmar a Nossa Terra”.-----

Introduz o **PONTO 10 - PRESENTE PROPOSTA N.º 54, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE AO PACOTE FISCAL PARA 2023, DESIGNADAMENTE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), DERRAMA, IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) E TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP).** -
Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Como os Senhores Deputados sabem a Assembleia tem que deliberar anualmente sobre os impostos municipais e as taxas municipais a aplicar.-----
Os impostos e taxas municipais são o imposto municipal sobre imóveis, a derrama, imposto sobre o rendimento de pessoas singulares e a taxa municipal de direitos de passagem. -----
É sobre estes impostos que o Executivo apresenta aqui uma proposta.-----
E começo pelo IMI, os Senhores Deputados viram na apresentação do Dr.º Luís o que o Município tem vindo a “perder” em matéria de arrecadação de receita fruto da progressiva descida da taxa deste imposto. -----

Falou-se aqui na guerra, na conjuntura atual, na prudência que é preciso ter e nós também temos isso em consideração, como é óbvio. Mas não queremos deixar de cumprir aquilo que foi um compromisso eleitoral nosso, que queremos e vamos cumprir. Não quisemos deixar de dar um sinal, pese embora as dificuldades atuais e as que se advinham e que vão com certeza colocar sérios problemas à gestão municipal, de que estamos no bom caminho e que estamos no caminho da descida dos impostos e taxas municipais.-----

O IMI, como sabem, é uma taxa de zero oito por cento para os rústicos, é relativamente residual e propomos que se mantenha. -----

Propomos a taxa, para os prédios urbanos, para zero trinta e cinco, diferença de uma centésima o que significa muitas dezenas de milhares de euros no final do ano, em matéria de receita. Portanto, baixar a taxa para os urbanos para zero ponto trinta e cinco.-----

Manter o IMI familiar que é uma prestação fixa de vinte, quarenta ou setenta euros consoante o número de dependentes do agregado familiar, um, dois, três ou mais. -----

Em matéria de derrama, temos uma taxa de um ponto cinco para empresas com um volume de faturação anual superior a cento e cinquenta mil euros e propomos que se mantenha. E propomos que se mantenha também a taxa residual de zero cinco para as empresas, sujeitos passivos com



um volume de negócios inferior aos cento e cinquenta mil euros. No fundo, para que consigamos chegar às pequenas empresas, que será o grosso das empresas do nosso Município. -----
Em matéria de IRS, como sabem, é uma comparticipação de cinco por cento neste imposto que é pago pelos munícipes que pagam os seus impostos no concelho de Alijó. Nós já abdicamos no ano passado e há dois anos de cerca de um ponto cinco por cento dos cinco por cento. Atualmente em dois mil e vinte e dois essa taxa está em três ponto cinco por cento, nós propomos aqui uma descida para três ponto três por cento em matéria de IRS. Ou seja, mais dinheiro será devolvido ou ficará nas famílias.-----
Relativamente à taxa municipal de direitos de passagem, são as empresas nada a perdoar-lhes, portanto, propomos que se mantenha a taxa máxima de zero ponto vinte e cinco por cento. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Rui Lopes e Manuela Alves. -----

Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Os partidos as vezes caem na tentação de quando estão na oposição de exagerar nas afirmações.-----

E quando nós temos a bancada do PS aqui em minoria, mas temos a bancada do PS em maioria na Assembleia da República, que apoia uma solução de governo só do PS. O Senhor primeiro-ministro diz assim: "habituem-se".-----

Nós podíamos até ter outras, vocês não concordam com estas políticas, mas têm que se habituar. É o programa do governo.-----

Aqui aplica-se a mesma coisa. A Coligação "Afirmar a Nossa Terra" tem a maioria, os Senhores Deputados Municipais têm que se habituar. Até podiam fazer diferente, mas não podem, estão em minoria, habituem-se. -----

De todo o pacote fiscal, dos documentos previsionais de tudo aquilo que se vai falando aqui e de todas as decisões que este Executivo toma e que trazem a esta Assembleia para aprovação. Quando estiverem cá em maioria podem dizer, olhe habituem-se. Até lá têm que se aguentar.----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra a Sra. Deputada Manuela Alves. -----

DEPUTADA MANUELA ALVES (PS): Eu venho aqui de facto para falar do pacote fiscal.-----

Se o Senhor Presidente da Câmara me permitir vou pegar nas palavras, eu percebo é relativizar, quando se está a comparar com Gaia. Claro que Gaia tem zero trinta e oito, mas nós também não nos podemos comparar em termos de poder de compra. São coisas incomparáveis, não podemos comparar aquilo que não é comparável. -----

Aliás, eu posso dar aqui o exemplo. Há dias eu andei a pesquisar preços de carros, exatamente o mesmo carro, custa no Porto mais dois mil e quinhentos euros e não é de gama alta. -----



O que significa que eles sabem qual o poder de compra e o comprador tem essa capacidade. É o mercado a funcionar obviamente. -----

Diretamente ao ponto, eu gostava de dizer que o Executivo tem aqui a obrigação, porque se comprometeu com os municípios através do seu programa eleitoral, para ir descendo gradualmente os impostos. -----

E focando-me em particular no IMI, eu percebo que pode haver obviamente aqui uma descida de receita, mas parece-me muito residual. Porque fizemos as contas e fica nos cento e vinte e cinco mil euros. O que me parece é que, no contexto do distrito nós temos: Mesão Frio com zero quarenta, Vila Real com zero trinta e nove, Peso da Régua com zero três sete cinco e depois todos os outros têm zero trinta ou seja, Mondim, Murça, Ribeira de Pena e Santa Marta. -----

Ora se o poder de compra aqui nesta população, aqui no território é semelhante, acho que tem que haver um esforço para que possamos baixar o IMI. -----

Vocês dizem no vosso documento que enquadra este ponto: "a crise energética, os efeitos da pandemia, da guerra e os efeitos inflacionistas". Muito bem, de facto estamos a viver num contexto muito difícil, que não é só difícil para a Autarquia, é difícil para todas as famílias. -----

Eu acho que é sinal óbvio de que é preciso ajudar. No documento fugiu-vos a boca para a verdade, vocês escrevem lá: "ir de encontro", mas eu sei que vocês queriam dizer "ir ao encontro". Mas, vocês vão de encontro, de facto é o que lá está escrito aos municípios e agentes económicos. ---

Porque também diz lá que têm promovido a natalidade, eu gostava e gostava muito que isso acontecesse. Eu fiz a minha parte enquanto pude. Mas agora gostava de saber em que medida e com que medidas concretas é que estão a tomar, para me dizer que de facto estamos a promover aqui um aumento de natalidade. Isto era uma beleza para todos nós. -----

Relativamente ao efeito e ao impacto que esta descida tem, acho que é uma descida muito tímida em termos de IMI. Eu fiz aqui umas contas breves e eu acho que no nosso território um imóvel urbano com valor patrimonial de cinquenta mil euros e se calhar aqui o mais razoável o mediano, esta descida tem um impacto de cinco euros ao ano. Eu acho que é muito pouco, jogar muito pouco. Nós estamos aqui ao serviço das populações para ajudar todos. E o nosso papel aqui enquanto PS é também colaborar neste caminho. -----

Por exemplo, fiz as contas para uma casa que eu tenho aqui perto e vou ter de redução de IMI com esta taxa, dois euros. -----

Eu até posso aguentar isso ou até aguentar mais, mas de facto temos que convir que estamos a dar passos muito lentos, temos que andar mais depressa. -----

Porque temos o problema da natalidade, temos a desertificação, temos que garantir que as pessoas que se fixam cá não se vão embora. -----

E portanto, isto tudo, acho que o pacote fiscal e já não vou falar da derrama porque acho que aí até tem um valor menos significativo em termos de orçamento. -----



Portanto, basicamente era isto. Fiquei muito incomodada porque gostava de ver mais ousadia. --
PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções coloca à votação o **PONTO 10 - PRESENTE PROPOSTA N.º 54, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE AO PACOTE FISCAL PARA 2023, DESIGNADAMENTE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), DERRAMA, IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) E TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)**. Tendo sido aprovado, por maioria, com sete abstenções do Grupo Municipal do Partido Socialista e vinte e quatro votos a favor do Grupo Municipal "Afirmar a Nossa Terra".-----

Introduz o **PONTO 11 - PRESENTE PROPOSTA N.º 58, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE À AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**.-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Se me permite Senhor Presidente da Assembleia, a Deputada Manuela não teve oportunidade de ver no PAM a aplicação da medida "KIT Bebé" que é exatamente o incentivo para a natalidade e que é para implementar já em dois mil e vinte e três. Como sabe supõe um valor de mil e quinhentos euros por cada bebé nascido no concelho de Alijó. Este ponto é já bem conhecido de todos nós, vem sempre todos os anos por esta altura à Assembleia Municipal. E pede-se à Assembleia Municipal uma autorização genérica para investimentos superiores a vinte mil contos, cerca de cem mil euros, e para investimentos que tenham reflexo em mais do que um ano económico.-----

Resume-se a isto e pede-se efetivamente à Assembleia esta autorização prévia. Aliás, hoje estão aqui alguns pontos, julgo que já passaram aqui dois pontos, que vieram aqui para ratificar o ato que pratiquei exatamente pela ausência. Porque tem repercussão no ano económico seguinte e porque tem um valor superior a cem mil euros. Exatamente porque não tínhamos esta deliberação da Assembleia Municipal para investimentos superiores a cem mil euros, em números redondos, noventa e nove mil e qualquer coisa e para investimentos com reflexo em mais do que um ano económico.-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, não havendo inscrições.-----

Coloca à votação o **PONTO 11 - PRESENTE PROPOSTA N.º 58, EXARADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, REFERENTE À AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**. Tendo sido aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos.-----

Introduz o **PONTO 12 - PRESENTE INFORMAÇÃO OSU/2022/1260 REFERENTE A PROTOCOLO DE CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES (PROTOCOLO – CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA MT E BTE - 2023).CONTÉM MINUTA DE PROTOCOLO**.-----



Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: O que se pretende desta Assembleia é autorização para que o Município integre um agrupamento de entidades adjudicantes liderado pela CIMDOURO para obtenção no mercado de energia elétrica.-----

O objetivo aqui é que a CIMDOURO prepare e lance no mercado um concurso público para a aquisição de energia em média e baixa tensão especial, em nome de todos os municípios mais a ADIN. Como tiveram oportunidade de verificar e que seja liderado pela CIMDOURO. -----

O objetivo obviamente aqui é ganhar escala e conseguir melhores preços. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, não havendo inscrições. -----

Coloca à votação o **PONTO 12 - PRESENTE INFORMAÇÃO OSU/2022/1260 REFERENTE A PROTOCOLO DE CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES (PROTOCOLO – CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA MT E BTE - 2023).CONTÉM MINUTA DE PROTOCOLO.** Tendo sido aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos.-----

Introduz o **PONTO 13 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1263 CONTENDO O RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1.º SEMESTRE DE 2022.**-----

É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Carlos Monteiro e João Cruz.-----

Dá a palavra ao Sr. Deputado Carlos Monteiro.-----

DEPUTADO CARLOS MONTEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Relativamente à execução orçamental e também ligado a alguns temas que já falámos para trás, eu fiquei um bocado confuso. -----

Quais são as receitas próprias que uma autarquia pode ter... Taxas, impostos e multas... -----

Se queremos ter receitas próprias temos de subir impostos. Certo. Se não queremos ter receita própria temos de baixar impostos. -----

Não podemos dizer que a descida de impostos deve ser mais ousada por um lado e por outro lado dizer que o que tem vindo a ser executado é demasiado baseado nas transferências do orçamento de Estado e não em receitas próprias. Ou uma coisa ou outra. -----

PRESIDENTE DA MESA: Esta é a execução do primeiro semestre, o que se pretende aqui é o que o Senhor Deputado Carlos Monteiro estava a dizer. De facto, temos as receitas próprias que nós conhecemos ou então vendemos património.-----

Dá a palavra ao Sr. Deputado João Cruz. -----

DEPUTADO JOÃO CRUZ (PS): Estamos no ponto do relatório do auditor sobre a execução financeira, económica e execução orçamental. -----

Este relatório já no ano passado foi posto aqui à discussão, é um relatório que provavelmente é feito por um auditor externo. É um relatório encomendado pela Câmara e pago pela mesma. E



naturalmente é de lei esse relatório.-----
O relatório é um documento que controla e fiscaliza a atividade relativamente ao orçamento e ao plano.-----
Segundo o auditor diz, tem uma segurança adequada, que está condicionado também segundo as entrelinhas aos documentos e à matéria que lhe fornecem. E portanto, acho que uma vez que é de lei e que tem que ser, acho que é importante esse relatório, essa auditoria, essa fiscalização. De qualquer maneira eu também gostaria de perguntar à Câmara, ao Senhor Presidente se a Câmara à semelhança de outros serviços, estou-me a referir a serviços desconcentrados da administração pública ou institutos públicos, têm outros níveis de auditoria.-----
A Câmara como é uma autarquia local, tem outras auditorias como por exemplo: do Tribunal de Contas, da Administração Tributária ou da tutela.-----
Eu gostaria de perguntar se também têm esse tipo de auditorias. Se essas auditorias podem ser consultadas, se são públicas ou não têm.-----
Eu não vou também referir-me muito às contas, ao património, ao passivo que já foi falado aqui noutros pontos anteriores.-----
Mas queria aqui focar no último ponto que aponta este relatório do auditor que é o seguinte: a Câmara tem que implementar um plano anticorrupção. Isto é um assunto que eu acho de extrema importância até por que todos nós ouvimos na comunicação social anda muita, muita conversa sobre o tema da corrupção em todos os níveis.-----
Mas, nas Câmaras e nas Autarquias é de maneira mais elevada.-----
Portanto, felizmente o nosso Município está muito arredado, muito arredado destas notícias e ainda bem que assim acontece. Todos acreditamos na boa gestão e na honestidade das pessoas. Mas, eu gostaria de perguntar se esse documento de autorregulação, esse documento que a Câmara tem para controlar internamente.-----
Porque nós sabemos que a corrupção é um polvo, digamos assim, é um sistema que é difícil de controlar. Eu gostaria de saber se esse controle interno de autorregulação, de transparência, de integridade, de boas práticas de governação vai ser implementado na Câmara.-----
Se há intenção de implementar esse plano, que eu acho muito importante.-----
PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----
PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Deputado João Cruz como sabe e disse e bem, este relatório é uma obrigação legal. Que é pago, como alguém disse ai atrás, mais um serviço. Mas é assim, tem de ser.-----
O auditor solicita os documentos que entende a Câmara Municipal.-----
Aliás, esta reserva nem percebo porque está ali escrita. O Município faculta ao auditor exatamente aquilo que é solicitado.-----
Em matéria de combate à corrupção é sobretudo um procedimento normativo interno que temos



que implementar. Temos essa lacuna, outros municípios já avançaram, estão relativamente mais avançados do que nós nessa matéria.-----

Mas, nós vamos ter que fazer obviamente, no próximo ano teremos isso a funcionar sem dúvida alguma. Hoje há programas para combate a tudo, ao assédio, à corrupção, a história do RGPD que é um monstro que vai dar muito que falar ainda. Vai dar muito que falar porque por tudo e por nada podemos incorrer, qualquer coisa impensável até, muito insignificante, podemos incorrer em consequências muito graves. -----

O próprio portal de denúncia também é obrigatório, estamos a criar isso. -----
Portanto, há agora uma série de mecanismos de facto, todos tendentes ao combate à corrupção e ao fomento da transparência.-----

E nós teremos de ter obviamente que trabalhar sobre isso. E o próximo ano será, digamos, o ano ideal para que possamos criar esses instrumentos e fazer a sua implementação.-----

PRESIDENTE DA MESA: Este ponto é só para tomada de conhecimento.-----

No seguimento da resposta do Senhor Presidente dou um exemplo: o INE foi condenado agora com uns milhões de euros por que deixou acesso à informação. Portanto, isto é uma responsabilidade financeira enorme que eventualmente a Câmara terá que ter cuidado. -----

Relativamente a estes relatórios, são obrigatórios em todas as instituições públicas. Como o Senhor Presidente também já avançou, normalmente está sujeita a auditorias internas que controlam os procedimentos internos. As instituições têm a tutela que os supervisionam, por isso os indicadores que falavam aqui vêm das próprias tutelas e é através destes indicadores que as controlam.-----

Introduz o **PONTO 14 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1288 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO "REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA DA RIBEIRA DE SÃO MAMEDE DE RIBATUA"**.-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: É um procedimento que queremos lançar mal termine esta Assembleia Municipal.-----

É um projeto que vai entrar em concurso já para a semana. Estávamos apenas à espera da autorização da Assembleia Municipal. E como é um projeto que não resulta, digamos, do programa plurianual legalmente aprovado por esta Assembleia, carece efetivamente de autorização da Assembleia Municipal. E porque também o seu volume de investimento previsto, e podemos fazer aqui a ligação ao ponto anterior sobre autorização prévia da Assembleia Municipal, é superior a vinte mil contos também carece da Assembleia Municipal.-----

É uma intervenção na Ribeira de São Mamede como já ouviram falar, já falamos disso várias vezes. A requalificação ambiental e paisagística da Ribeira de São Mamede. Tem um



procedimento calculado num milhão novecentos e oitenta mil euros e que vai para concurso como disse já de seguida. -----

É repartido por dois anos, entre dois mil e vinte e três, um milhão e trezentos e vinte mil. Em dois mil e vinte e quatro, seiscentos e sessenta mil euros.-----

Portanto, isto é a repartição estimada como é óbvio, sujeita a alterações com base na execução da obra.-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Mário Jorge, João Cruz e Rui Lopes.-----

Dá a palavra ao Sr. Deputado Mário Jorge Vaz.-----

DEPUTADO MÁRIO JORGE VAZ (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Antes de mais e relativamente ao ponto em questão, começo por felicitar o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo pela dedicação e esforço que tiveram na luta que foi a aprovação deste projeto.- -----

Apesar de todas as dificuldades, não desistiram e com grande satisfação confirma-se hoje o que é uma realidade mais do que evidente.-----

Afirmo que esta obra, a par de outras já executadas por este Executivo, tais como: as Portas de Entrada do Vale do Tua, o Miradouro do Ujo, cujo sucesso turístico está à vista de todos, trará mais visitantes à freguesia e ao concelho que serão fundamentais para o impulsionar do investimento privado e o seu conseqüente aumento. -----

Seguramente, será uma ferramenta de alavancagem a criação de novos empregos sobretudo para os mais jovens. -----

Apesar de este projeto gerar alguma controvérsia, felizmente pouca, como representante da Freguesia de São Mamede Ribatua acredito sinceramente que terá a curto prazo os seus dividendos. Contribuindo claramente para o desenvolvimento económico e turístico da região, e conseqüentemente, mitigar o despovoamento da aldeia.-----

Por fim, e já que estamos a falar de projetos de sucesso, aproveito para dizer que a Freguesia de São Mamede Ribatua tem todas as condições para a construção de uma praia fluvial. Uma lacuna neste concelho que será um verdadeiro investimento turístico na bacia do rio Tua. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado João Cruz.-----

DEPUTADO JOÃO CRUZ (PS): Eu já tive a oportunidade de felicitar o Executivo pela candidatura que fizeram. Acho que é uma boa candidatura para o concelho, mas gostaria de fazer duas perguntas muito simples ao Senhor Presidente.-----

Vão colocar a concurso, mas os terrenos que vão precisar terão de ser comprados, suponho eu. Estou a falar também de cor, não sei por onde vão começar. Mas para desenvolver a obra terão portanto, necessidade de comprar ou expropriar os terrenos.-----

E depois, terão um problema a montante que são as massas de água, há problemas a nível da



ETAR que faz descargas muito frequentes com uma qualidade da água muito pobre. E depois, as adegas que no tempo das vindimas também lançam resíduos para o curso de água. -----
Portanto, há a montante um foco de contaminação das águas que provavelmente também terá que ser resolvido, suponho eu, antes de começar as obras ou na fase das obras.-----
Já agora, na continuação do Senhor Presidente da Junta relativamente a praia fluvial, o que me parece é que com o plano de mobilidade da linha do Tua, vai tudo por água abaixo. Já aos anos que se anda a falar nisso, nem aquece nem arrefece, não se avança. Portanto, tudo aquilo é para esquecer provavelmente. Não sei se é isso que acontece, mas de qualquer maneira, temos aquele embarcadouro com todas as condições de acesso com a bacia de água extraordinária. Uma praia fluvial ali era cinco estrelas, uma mais-valia para o concelho de Alijó e provavelmente apanharia alguém de Carrazeda.-----

E já agora Senhor Presidente, em relação ao caminho que vai de São Mamede ao Castedo, vi que lhe dá muita importância. Porque realmente é uma obra muito importante para as duas freguesias e que provavelmente vai constar na agenda nos próximos tempos.-----

Eu refiro isso porque na última reunião eu estive aqui a falar sobre os bairros sociais e o Senhor Presidente disse que havia alguns problemas de legalização. Hoje estão aí os bairros sociais para avançar. Espero que o caminho que vai de São Mamede ao Castedo também avance, porque falamos nele aqui na Assembleia.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Cá estamos nós, continuamos a cumprir o programa, a cumprir as promessas. -----

Continuamos a ter projetos importantes, bons para as pessoas, para a população, para as terras, para o turismo. Só que são nossos. São projetos deste Executivo, são projetos importantes, mas são deste Executivo, desta Câmara encabeçada e presidida pelo Senhor Presidente José Paredes.-----

Quando vierem para cá depois, daqui a uns anos largos, são vossos os projetos.-----

Senhor Deputado nós estamos atentos, de certeza que o Executivo está atento. De certeza que têm pessoas que estão atentas a este tipo de problemáticas.-----

Mais uma vez parabéns Senhor Presidente e em si parabeno todo o Executivo e ao Senhor Presidente da Junta por que também trabalhou para que isto acontecesse.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Agora sou eu que peço um esclarecimento.-----

Dá-me a impressão que o Senhor Deputado João Cruz deixou no ar que a intervenção nos bairros sociais só acontece por que falou aqui na Assembleia. É que andamos a falar aqui disto há muitos anos, como sabe.-----



E é verdade, é completamente verdade que todos os bairros sociais de Alijó estão completamente ilegais, todos. Agora, é um processo que está a correr à parte. Mas uma coisa é certa: o Município não será reembolsado deste investimento, mesmo depois de executado sem comprovar a legalidade dos bairros. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 14 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1288 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO “REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA DA RIBEIRA DE SÃO MAMEDE DE RIBATUA”**. Tendo sido aprovado, por unanimidade, com vinte e oito votos.-----

Introduz o **PONTO 15 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1289 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO “SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA”**.-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Pelas mesmas razões do ponto anterior, também este ponto vem aqui por causa da repartição de encargos.-----

Não era um projeto que estivesse previsto em programas plurianuais aprovados, e também porque o investimento como verão é superior a cem mil euros e que vai transitar no valor de cento e dezassete mil oitocentos e noventa e cinco para o ano de dois mil e vinte e três. Portanto, é está a repartição de encargos.-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, não havendo inscrições. -----

Coloca à votação o **PONTO 15 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1289 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO “SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA”**. Tendo sido aprovado, por unanimidade, com vinte e nove votos.-----

Introduz o **PONTO 16 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1291 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO “+ RESILIÊNCIA – REQUALIFICAÇÃO DA ZONA DE LAZER - REQUALIFICAÇÃO”**.-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: O projeto que visa a intervenção da requalificação do parque de lazer de Alijó deveria ter sido executado em dois mil e vinte e dois, mas por motivos vários não foi possível. Portanto, terá que transitar para dois mil e vinte e três e, tratando-se de um volume de investimento superior a cem mil euros, ou seja, cento e trinta e seis mil euros ligeiramente superior, transitará para o próximo ano, se assim o autorizar a Assembleia Municipal.-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Cláudio Vilela e António Fernandes.-----

Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela.-----



DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Permita-me que diga aqui duas ou três considerações baseadas no parque de lazer, mas no fundo transversal a todos os equipamentos do concelho. -- E era aquilo que eu comecei a despoletar na questão do orçamento. Efetivamente é bom que se requalifique aquela zona porque é uma zona que faz falta ao Município. ----- Cada vez mais é necessária uma zona para caminhar em segurança e em tranquilidade. Porque cada vez mais o desporto é necessário para as pessoas. ----- Eu noto naquele parque ou notei, durante algum tempo, algum descuido, descuido da seguinte forma: há uma tabela de basquete que se parte, pode não ser vandalizada - pode inclusive haver vandalismo também no mesmo porque naquela zona houve muito tempo que esteve sem luz - mas se não se substituir a tabela de basquete na semana seguinte ou no mês seguinte, vão continuar estes tipos de danos nos equipamentos. E as coisas começam a ficar cada vez mais degradadas. Quanto mais degradadas começam a ficar menos utilização têm, menos pessoas têm lá. Quando as coisas estão sem luz e continuam escuras, mais vandalismo existe. ----- Portanto, há situações nos equipamentos públicos e municipais que não precisavam de chegar a esta situação. De facto, é muito bom agora haver este programa que vai participar, pelas minhas contas, em cerca de cinquenta por cento, a outra parte são fundos próprios da Câmara Municipal, para reativar aquele espaço e dotá-lo de outras condições. Na altura aquilo foi construído, foi uma novidade um parque de lazer na Vila. ----- Uma zona que eu conhecia bem porque trabalhei ali perto. Que no fundo, não vou dizer que era uma lixeira porque não era feito como depósito de lixos, mas era um vale que estava ali pouco maltratado. E fez-se ali alguma coisa e tem tido muita utilidade por exemplo: nos Sons do parque, Feira de Vinhos e sabores, etc. ----- Mas é preciso então agora dotá-lo das características necessárias para o efeito. Portanto, muito bem deve-se fazer, não há a mínima dúvida e é necessário, é necessário. ----- Mas era este alerta que eu deixava aqui, no fundo transversal a todos os equipamentos municipais. As coisas quando começam a ter defeitos é preciso ter efetivamente um quadro de pessoal que vá lá substituir as peças necessárias e que se compre os equipamentos necessários. ----- Eu acredito que a minha colega Presidente de Junta da Alijó vá verificar o que se passa com o baloiço já a seguir para não deixar estragar mais do que está. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): A gente anda de roda, de roda e vai bater sempre ao mesmo assunto. Que são os assuntos mais importantes para o concelho e para as pessoas. ---- No fundo pensamos todos o mesmo e queremos todos o mesmo. ----- Agora, fico triste que haja alguém que venha aqui dizer: bom a obra é do "Afirmar a Nossa Terra", a obra é não sei o quê. Que fique claro aqui para toda a gente, quem faz a obra é quem está na



Câmara. Mas a obra é para toda a gente e é do concelho de Alijó. Não podemos andar aqui sempre com isto assim. Porque a oposição não pode falar. Porque a oposição que se cuide. -----
Queria dizer se houve aqui uma imitação do António Costa, mas foi uma imitação muito pobre porque não conseguiu chegar lá.-----

Sobre o assunto, concordamos e achamos que é uma necessidade tratar daquele espaço, como já foi dito aqui pelo Senhor Deputado Cláudio Vilela.-----

Portanto, ficamos todos contentes que aquele parque ao ser recuperado vai ser mais utilizado por todos nós e aí estamos todos a prestar um bom serviço à população.-----

Ainda bem que vai ser subsidiado em cinquenta por cento, eu ficava triste era se não fosse subsidiado ou se fosse subsidiado só em vinte por cento. Mas em vez de cinquenta se fosse subsidiado em oitenta por cento eu ainda ficava mais contente. Porque eu quero mais e melhor para a população. -----

Portanto, deixemo-nos destas coisas, estamos aqui todos a apelar para que as coisas funcionem. Por exemplo: eu fui atender uns telefonemas e tive a ousadia de entrar naquele salão, não sei quem o fez, mas com certeza que foi o Senhor Presidente que o autorizou. Mas que está muito bem. Está ali um grande salão, tudo como deve ser, boas cadeiras também, tudo ali é apropriado. Estão de parabéns. Agora, só falta ali uma coisinha, é vontade, sei que vão ter de lhe dar utilidade. Porque realmente está ali um salão bem apetrechado, como diz o povo.-----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções, coloca à votação o **PONTO 16 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1291 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO “+ RESILIÊNCIA – REQUALIFICAÇÃO DA ZONA DE LAZER - REQUALIFICAÇÃO”**. Tendo sido aprovado, por unanimidade, com trinta votos.-----

Introduz o **PONTO 17 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1290 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO “INTERVENÇÃO EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL: LOTE 1 – REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DO CASTEDO; LOTE 2 – REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DE SÃO MAMEDE DE RIBATUA; LOTE 3 – REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DE COTAS”**.-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: É um caso em tudo semelhante ao ponto anterior.-----
Pretende-se intervir nos bairros sociais de São Mamede Ribatua, Castedo e Cotas. O concurso terá que avançar já de seguida e também só carece de deliberação da Assembleia Municipal no que concerne à repartição de encargos. Pelos mesmos motivos que já falei nós pontos anteriores, este carece também dessa aprovação. -----

O financiamento que está aprovado há alguns anos, aliás, se bem se recordam pelo menos no bairro social de São Mamede, já esteve em concurso duas vezes e ficou sempre deserto.-----



Os valores foram substancialmente revistos em alta e vai agora também a concurso com mais dois bairros sociais. -----

Portanto, o volume total de investimento é de cerca de seiscentos e oitenta e três mil euros para intervenção dos bairros com encargos todos para dois mil e vinte e três. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito o seguinte deputado: Rui Lopes. -----

Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Isto é mais uma vez este Executivo a fazer trabalho. -----

Tem graça. Ir buscar dinheiro onde ele está e fazer os concursos bem-feitos. Ir buscar captação de investimentos. -----

Portanto, é este Executivo a trabalhar bem para os bairros sociais e a captar investimento. Ao onerar e bem o orçamento municipal, mas também captando investimento e indo buscar dinheiros ao BEI com bonificação de juros. -----

Só temos de dar os parabéns a este Executivo quando o PS vier para cá, fará melhor ou se calhar não. -----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções, coloca à votação o **PONTO 17 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1290 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO “INTERVENÇÃO EM HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL: LOTE 1 – REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DO CASTEDO; LOTE 2 – REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DE SÃO MAMEDE DE RIBATUA; LOTE 3 – REABILITAÇÃO DO BAIRRO SOCIAL DE COTAS”**. Tendo sido aprovado, por unanimidade, com vinte e oito votos. -----

Introduz o **PONTO 18 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1292 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO “AQUISIÇÃO DE VIATURA – TANQUE – AQUISIÇÃO DE VIATURA”**. -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Trata-se de uma proposta para adquirir uma viatura-tanque, com capacidade de dezoito mil litros. -----

Esta necessidade surgiu sobretudo no período do verão, quando era necessário transportar água às populações que tinham falta dela e os nossos bombeiros nem sempre tinham essa capacidade ou porque estavam no combate a incêndios ou por razões mais diversas. -----

Então desafiamos a APA para uma contribuição para este projeto. E conseguiu-se, a APA vai comparticipar a aquisição desta viatura em cento e cinquenta mil euros, sendo o restante do Município. Se a memória não me falha esta viatura custará à volta de duzentos e trinta mil euros.



É um projeto que também deveria ter sido executado em dois mil e vinte e dois. Mas prevê-se a entrega destes equipamentos só em dois mil e vinte e três, pelo valor total de duzentos e vinte e três mil e quinhentos euros, todos a executar no próximo ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, não havendo inscrições. -----

Coloca à votação o **PONTO 18 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1292 REFERENTE À APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJETO COM A DESIGNAÇÃO "AQUISIÇÃO DE VIATURA – TANQUE – AQUISIÇÃO DE VIATURA"**. Tendo sido aprovado, por unanimidade, com vinte e nove votos.-----

Introduz o **PONTO 19 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1293 REFERENTE À NECESSIDADE DE EFETUAR A 46.ª ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2022 - MODIFICATIVA.**-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Propõe-se aqui uma alteração orçamental modificativa porque interfere com valores orçamentais. -----

Ela nasce da necessidade de reprogramar a execução de algumas obras ou alguns projetos, cuja execução estava prevista para dois mil e vinte e dois e não puderam ser executados em dois mil e vinte e dois. -----

O Sistema de Informação Cadastral Simplificada foi prorrogado como vimos há bocado no ponto anterior e transitou uma verba significativa para dois mil e vinte e três. -----

A delegação de competências em matéria da saúde, que se previa que acontecesse em dois mil e vinte e dois e não aconteceu. -----

A delegação de competências no âmbito da ação social, portanto, ao mês de abril. É apenas um mês em causa daí para a frente as coisas estão enquadradas. -----

E a candidatura na sequência do ponto anterior, à candidatura do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – IHRU. Como vimos, vai avançar só agora o concurso, portanto, ainda não houve execução em matéria de obra e estava previsto que acontecesse em dois mil e vinte e dois.-

E a candidatura da Requalificação da zona de lazer de Alijó que também já aqui foi falada. -----

Portanto, no fundo trata-se de uma revisão diária em baixa do orçamento ou dos documentos. Não é este o termo correto, mas penso que percebem em termos de PPI do ano de dois mil e vinte e dois por não terem sido executados estes projetos. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, não havendo inscrições. -----

Coloca à votação o **PONTO 19 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1293 REFERENTE À NECESSIDADE DE EFETUAR A 46.ª ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2022 - MODIFICATIVA.** Tendo sido aprovado, por unanimidade, com vinte e nove votos.-----



Introduz o **PONTO 20 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1299 REFERENTE À NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJECTO COM A DESIGNAÇÃO “AQUISIÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS”**.-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Já tivemos aqui hoje um caso idêntico a este.-----

Trata-se de um procedimento para aquisição de apólices de seguros para dois mil e vinte e três.-

Que dada a urgência e não tendo ainda autorização prévia da Assembleia porque isto é um investimento que se vai repercutir em dois mil e vinte e três, tive que praticar o ato.-----

Portanto, colocar a concurso, está neste momento já em concurso. E o que se pede aqui é que esta Assembleia ratifique o ato. Portanto, é a aquisição de apólices de seguros para dois mil e vinte e três no valor de cento e dez mil euros. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, não havendo inscrições. -----

Coloca à votação o **PONTO 20 - PRESENTE INFORMAÇÃO AF/2022/1299 REFERENTE À NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO PROJECTO COM A DESIGNAÇÃO “AQUISIÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS”**. Tendo sido aprovado ratificar o ato, por unanimidade, com trinta votos, nos termos do art.º 164.º do Código do Procedimentos Administrativo.- -----

Introduz o **PONTO 21 - PRESENTE INFORMAÇÃO DCED/2022/1269 PROPONDO A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. SANCHO II – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO. CONTÉM MINUTA DO CONTRATO.**-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Pretendia que fosse a Senhora Vereadora do Pelouro a fazer a exposição. -----

VEREADORA SÓNIA PIRES: Cumprimenta os presentes. -----

Este ponto é sobre um contrato de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o Agrupamento de Escolas D. Sancho II. Resumidamente, apenas vamos delegar uma competência daquelas que nós, entretanto, recebemos. Vamos só delegar uma que se enquadra no mapa de conservação e manutenção dos espaços escolares. -----

Tivemos várias reuniões com o Senhor Diretor e efetivamente chegámos à conclusão desta delegação de competências, porque o agrupamento reúne condições para socorrer mais rapidamente às necessidades que possam surgir diariamente. Todos os dias surgem coisas, ou são vidros partidos, um autoclismo que avariou ou uma sanita que entupiu, etc, etc. São pequenas reparações, portanto, é apenas e só está competência no âmbito da descentralização de competências. -----

Deixar nota que há aqui um valor de quarenta mil euros, no entanto, há-de sair uma portaria que o governo prometeu. Disse que seria em noventa dias, os noventa dias já passaram, ainda não



saiu, mas ainda há-de sair, espero eu que sim. Uma portaria que vai elevar este valor, ou seja, neste momento temos vinte mil euros para cada estabelecimento de ensino, Alijó e Pinhão.----- Mas, eu acredito que a portaria sairá em breve e que os valores sejam superiores. ----- Portanto, este documento sendo aqui também aprovado permite que se esse valor a transferir para os Municípios for superior será o valor que vai ser transferido para o agrupamento.----- Portanto, espero que tudo corra bem e que no âmbito da descentralização que tem sido tão complicado. Um processo difícil no âmbito da educação, mas aos bocadinhos nós temos que agilizar tudo da melhor forma, porque o que queremos é o sucesso dos nossos alunos. É isso que é mais importante. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto período de inscrições, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Rui Lopes, Manuela Alves, António Fernandes e Cláudio Vilela.----- Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Fechamos com chave de ouro. Delegação de competências do Estado central nos Municípios. Quando somos incompetentes, delegamos. Quando não temos capacidade para fazer as coisas, delegamos, como é evidente. ----- Primeiro tínhamos o pacote, depois passamos para o pacotezinho, depois passamos para o um envelope, agora temos um envelopezinho. ----- Vamos ver se os valores que a Senhora Vereadora disse, se vão manter ou se vão de facto aumentar. Porque se não aumentarem, as despesas não são fixas, as despesas fixas não são essas das avarias, de qualquer coisa pode acontecer, um vidro, uma porta, uma coisa qualquer e essas não são fixas. -----

O tal pacote que passou para pacotezinho, que depois passou para envelope e agora é um envelopezinho, se ainda for menor que um envelopezinho quem é que vai sofrer? Vai sofrer o orçamento Municipal. Vai onerar o orçamento municipal, é uma palavra bonita, mas vai-nos ao bolso. Vai ao bolso do orçamento do município. -----

Porque as transferências que deviam ser suficientes, têm de ser suficientes e se não forem suficientes lá estamos nós, os Municípios. -----

Os Municípios a sofrer com estas transferências, continuam a sofrer com estas transferências. --- Foram-lhe transferidas competências, foram-lhe transferidas pessoas, viaturas e equipamentos e devia de facto ser transferido o pacote, não o envelopezinho.-----

Esperem aí, o PS está em maioria no governo, aguentem-se. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sra. Deputado Manuela Alves. -----

DEPUTADA MANUELA ALVES (PS): Para terminar que é o último ponto.-----

Quería dizer o seguinte, registo positivamente ter sido a Senhora Vereadora a vir aqui apresentar o ponto, ter-lhe delegado. Isto é também uma delegação desta competência, acho que se trata de um órgão colegial, coletivo, e todos devem intervir, gostei. -----



Relativamente ao ponto propriamente dito, gostava muito de votar favoravelmente, mas gostaria muito mais de não haver aqui lugar a este ponto. Porque eu sou a favor completamente da autonomia das escolas e nunca gostaria de ver transferidas essas competências para as autarquias. Do mesmo modo que também há uma luta em curso por parte dos professores e o professor como todos nós sabemos é a primeira de todas as profissões. Isto tem a ver também com a gestão de recursos, porque estão a pensar transferi-la para as CCDR(s). -----
Acho que é muito mau e que a todos nós nos deve levar a pensar. Nós precisamos de uma sociedade cada vez mais justa, uma sociedade cada vez mais evoluída e todos nós temos que ser cidadãos e exercer os nossos direitos.-----

Isto diz respeito a todos, não é um problema só dos professores, é um problema de toda a sociedade. Eu apelava para que estivessem atentos. Eu acho que todos nós temos que intervir. -
Aproveito esta oportunidade e, foi também por isso que vim aqui, para desejar a todos um bom Natal, um próspero dois mil e vinte e três e com muita energia para depois no próximo ano continuarmos.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes.-----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Eu venho aqui dizer que estou sensibilizado com esta medida, é claro que vamos votar favoravelmente.-----

E sabem porquê? Porque também sinto na pele isso. Sabem há quantos dias - e é uma instituição pequeninha não tem nada a ver com a escola - trago uma empresa? Há três dias. E é uma coisa pequenina. Portanto, essas tais coisinhas vêm ao encontro daquilo que se tem vindo a falar, o tal cuidado a ter. Para que os nossos filhos e os nossos netos tenham o indispensável para continuar e tomarem o gosto de ir às aulas.-----

Portanto, eu apoio essa iniciativa, mas com o sentimento de incentivar as crianças.-----

Assim sendo, fica provado que se justifica plenamente. Às vezes não são só as grandes obras, é este cuidado permanente nos parques, nas escolas, nas instituições em todo o lado. Isso é que nos define e valoriza o trabalho que desenvolvemos ao longo do tempo.-----

Não queria acabar as intervenções sem desejar a todos um Santo Natal e um Ano-Novo cheio de preдинhas. Que seja passado em paz, em harmonia e deixemo-nos destas coisas do eu, do tu. Somos nós que fazemos acontecer, não é o eu, somos nós que fazemos acontecer. É valorizar quando é de valorizar e discordar quando achamos que devemos discordar.-----

Fiquem com um abraço fraterno e boas festas.-----

Para o Senhor Deputado Rui Lopes para lhe dizer que eu e os meus colegas da oposição vamos desejar-lhe um Santo Natal para si e para o Senhor Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela.-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Duas ou três notas para fechar, atendendo que é o último ponto, mas não queria deixar de dizer o seguinte.-----



Tal como concordo com certas coisas que as pessoas vão dizendo aqui na Assembleia, também quando discordo tenho que o dizer. -----

Estamos a falar numa descentralização de competências do Governo para o Município e que o Município vai fazer para a escola, na pessoa do Senhor Diretor da escola por ser mais próximo, mais eficiente para aqueles problemas do dia-a-dia, etc. -----

Agora, eu não posso concordar quando dizem que quando não temos competência delegamos. Porque efetivamente o Estado delega na Câmara e a Câmara delega no Diretor da escola. Afinal, quem é que não tem competências? Acho que esta frase não é bonita Senhora Vereadora e estou a olhar para si porque com certeza não concorda, como eu não concordo. Não vale a pena estar a bater mais nesta situação, mas as pessoas têm que ter elevação e cordialidade. -----

Efetivamente também ouvi aqui outra coisa e até gostei do que ouvi da minha colega Deputada Manuela. Isto é um pouco da gênese do PS, liberdade de opinião. -----

A Senhora Deputada Manuela não concorda com a descentralização de competências tal como eu também não concordo. Mas há pessoas dentro do nosso partido que concordam. É liberdade de opinião, as pessoas têm liberdade de discordar ou não discordar. -----

Hoje, efetivamente, estamos na oposição aqui na Assembleia Municipal no nosso Concelho, mas não somos o partido mais pequeno aqui representado na Assembleia. Quero-vos dizer que o PS é um partido que está nesta Assembleia, assim como em todo o lado. No Governo, nas Juntas de freguesia, nos Municípios, em todo o lado para resolver os problemas dos cidadãos. -----

O PS tem coragem, é corajoso. O Partido Socialista é um partido corajoso, tão corajoso que neste Município assim como na maioria deles, assim como no Governo, habilita-se a ir a eleições sozinho. Não precisa de ir debaixo da capa de ninguém. -----

Terminando isto Senhor Presidente permita-me agora que me desvie um pouco do ponto e já que falamos de educação permitam-me que faça um cumprimento diferente de Boas Festas. -----

E quero através dos alunos do nosso Agrupamento de Escolas, através dos alunos das nossas escolas transmitir a todos os cidadãos deste concelho o desejo de umas Boas festas e um feliz Ano Novo. E que os votos de todos nós, que pretendemos para este concelho porque o concelho é nosso, é de todos. E nós estamos ao serviço das populações e não o contrário. Que se desejem e acima de tudo que se concretizem. -----

Portanto, termino dando umas boas festas a todos, bom Natal e bom Ano Novo. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Senhor Presidente eu até poderia aqui pedir uma defesa de honra. Até poderia. Mas, sabe que é dar importância demais. O que é importante é o nosso amado concelho de Alijó. -----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções, coloca à votação o **PONTO 21 - PRESENTE INFORMAÇÃO DCED/2022/1269 PROPONDO A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. SANCHO II -**



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO. CONTÉM MINUTA DO CONTRATO. Tendo sido aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos.-----
Terminadas às intervenções do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Deputados, pergunta ao público se alguém quer intervir. Não havendo intervenções. -----
Vou ler a ata em minuta, e colocar à aprovação da Assembleia Municipal.-----
Lida a ata em minuta é aprovada por unanimidade, o Senhor Presidente da Mesa deu por terminados os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão ordinária de 16 de dezembro de 2022. -----

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Assembleia Municipal deliberou, em sessão do dia 24/02/2023, aprovar a presente ata em minuta, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pela Mesa. -----



ANEXO I

Documentos Previsionais 2023

SNC-AP

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

SNC-AP

- De acordo com o previsto no n.º 46 do ponto 11 da NCP do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelos Decretos Lei n.º(s) 85/2016 e 33/2018, de 21 de dezembro e 15 de maio, respetivamente, as demonstrações orçamentais a elaborar são:
 - Orçamento e plano orçamental plurianual (ano seguinte, mais 4 anos);
 - Plano Plurianual de Investimentos.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Município de Alijó

Morada - Rua General Alves Pedrosa, n.º 13,
5070-051 Alijó

E-mail - geral@cm-alijo.pt
Telf - (+351) 259 957 100

NIF - 506 859 487



SNC-AP

- Para além disso e atendendo ao disposto na e) do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua redação atual, também deverão ser elaboradas, neste contexto, o plano de atividades mais relevantes.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

SNC-AP

	2023	2024	2025	2026	2027
RECEITA	XX	X	X	X	X
DESPESA	XX	X	X	X	X
PPI	X	X	X	X	X
PAM	X	X	X	X	X

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Município de Alijó

Morada - Rua General Alves Pedrosa, n.º 13,
5070-051 Alijó

E-mail - geral@cm-alijo.pt
Telf - (+351) 259 957 100

NIF - 506 859 487



SNC-AP

- O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o SNC-AP, não prevê regras ou disposições específicas para a elaboração do orçamento. Não obstante, o supracitado Decreto-Lei dispõe, no seu artigo 17.º, que é excluído da revogação do POCAL o ponto 3.3, relativo às regras previsionais, pelo que as mesmas se mantêm em vigor, aplicando-se essas regras à elaboração do orçamento para o ano do orçamento a aprovar, mas não para os anos seguintes (2024, 2025, 2026 e 2027).

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

SNC-AP

- O princípio da estabilidade orçamental bem como o da equidade intergeracional consideram-se cumpridos.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Município de Alijó

Morada - Rua General Alves Pedrosa, n.º 13,
5070-051 Alijó

E-mail - geral@cm-alijo.pt
Telf - (+351) 259 957 100

NIF - 506 859 487



SNC-AP

- Para os anos 2024 e seguintes, inscritos também neste documento, foram as receitas estimadas de acordo com a estimativa feita para o ano de 2023 e a evolução da despesa nos mesmos termos, sendo que se obtiveram receitas superiores às despesas nos anos de 2025, 2026 e 2027.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

SNC-AP

- Os documentos previsionais foram elaborados com base no classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro e de acordo com os modelos previstos na NCP 26 do SNC-AP.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Documentos Previsionais 2023

2022	2023
€17 260 803,27 (CORRIGIDO: €22 995 964,65)*	€22 410 506,78

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

*Transferências Correntes:

- Sociedade Ponto Verde
- IEFP
- APA

*Transferências Capital

- + Resiliência – Zona de Lazer
- APA
- Alitur (Café da Paz)
- Frota Verde Automóvel
- ETAR's

*Saldo Orçamental de n-1

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Documentos Previsionais 2023

• RECEITA/DESPEZA (Plano Orçamental Plurianual)

RECEITA CORRENTE	DESPESA CORRENTE
	AMORTIZAÇÕES MÉDIAS
RECEITA CAPITAL	DESPESA CAPITAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

• RECEITA/DESPEZA (Plano Orçamental Plurianual)

13,5 ME	12,4 ME
	0,7 ME
8,4 ME + 0,38ME	9,4 ME + 0,57 ME

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Documentos Previsionais 2023

- De acordo com o preconizado no art.º 40.º sob a epígrafe Equilíbrio Orçamental no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, ao que acresce que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

Receita Corrente \geq [Despesa Corrente + Amortizações Médias de EMLP]

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Receita Corrente >= [Despesa Corrente + Amortizações Médias de EMLP]

- RECEITA CORRENTE
 - 13 531 866,46€
- DESPESA CORRENTE
 - 12 427 557,38€
- AMORTIZAÇÕES MÉDIAS
 - 705 719,59€

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

- RECEITA/DESPESA (Plano Orçamental Plurianual)

13,5 ME	12,4 ME
	0,7 ME

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Documentos Previsionais 2023

- EQUILIBRIO CORRENTE:

- ELABORAÇÃO
- EXECUÇÃO

PRÓXIMO DOS €400 000,00  Acautelado ao longo do ano

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

TRANSFERÊNCIAS DO OE

INSERIDOS OS VALORES DA LOE 2023



583 110,00€

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CIDADE EUROPEIA DO VINHO 2023



Documentos Previsionais 2023

FUNDO DE FINANCIAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO

1,8 ME

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Município de Alijó

Morada - Rua General Alves Pedrosa, n.º 13,
5070-051 Alijó

E-mail - geral@cm-alijo.pt
Telf - (+351) 259 957 100

NIF - 506 859 487



Documentos Previsionais 2023

• AS COMPONENTES DA RECEITA COM MAIOR PESO

- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (44,4%)
- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (37,9%)

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

• AS COMPONENTES DESPESA COM MAIOR PESO

- DESPESAS COM PESSOAL (26,8%)
- AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL (41,5%)

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Município de Alijó

Morada - Rua General Alves Pedrosa, n.º 13,
5070-051 Alijó

E-mail - geral@cm-alijo.pt
Telf - (+351) 259 957 100

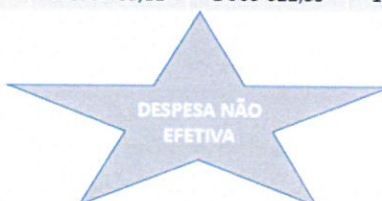
NIF - 506 859 487



Documentos Previsionais 2023

• SALDO TOTAL E SALDO GLOBAL

Designação	2023 (€)	2024 (€)	2025 (€)	2026 (€)	2027(€)
Saldo Total	0,00	0,00	574 883,11	1 281 922,85	1 295 822,85
Saldo Global	189 730,22	602 100,00	1 190 483,11	1 903 022,85	1 923 522,85



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



• RECEITA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Documentos Previsionais 2023



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023 (2022*)



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Município de Alijó

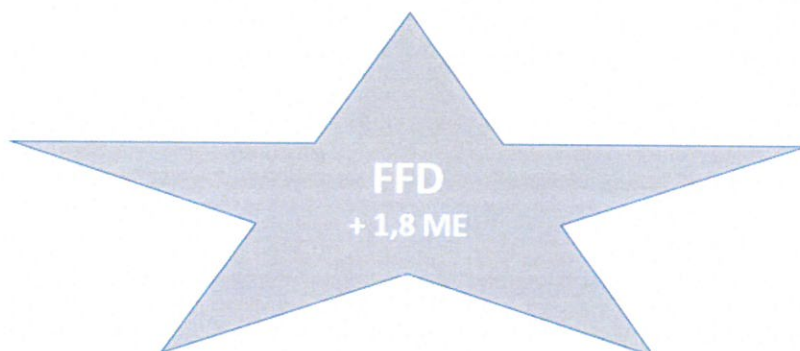
Morada - Rua General Alves Pedrosa, n.º 13,
5070-051 Alijó

E-mail - geral@cm-alijo.pt
Telf - (+351) 259 957 100

NIF - 506 859 487



Documentos Previsionais 2023



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

- EDUCAÇÃO: €1 271 820,00
- SAÚDE: €436 260,00
- AÇÃO SOCIAL: €127 769,00

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Município de Alijó

Morada - Rua General Alves Pedrosa, n.º 13,
5070-051 Alijó

E-mail - geral@cm-alijo.pt
Telf - (+351) 259 957 100

NIF - 506 859 487



Documentos Previsionais 2023



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Município de Alijó

Morada - Rua General Alves Pedrosa, n.º 13,
5070-051 Alijó

E-mail - geral@cm-alijo.pt
Telf - (+351) 259 957 100

NIF - 506 859 487



Documentos Previsionais 2023

- Financiamento do novo posto da GNR (projeto)
- Financiamento Gabinete Técnico Florestal
- Financiamento “BUPI”
- Financiamento D’Olival ao Azeite
- Financiamento Acessibilidades 360.º
- Financiamento + Resiliência Floresta
- Financiamento 4 Paredes caídas
- Financiamento Plano Inovador (PIICIE)

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

- Financiamento programa de Igualdade
- Financiamento Alinatur (comunicação)
- Financiamento ETAR’s
- Financiamento Creative Alive (café da paz)
- Financiamento Acessos Sr.ª da Piedade
- Financiamento Bairro da Arcã
- Financiamento Pinhão (1.ª fase)
- Financiamento Tecnologias (TIC)

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Município de Alijó

Morada - Rua General Alves Pedrosa, n.º 13,
5070-051 Alijó

E-mail - geral@cm-alijo.pt
Telf - (+351) 259 957 100

NIF - 506 859 487



Documentos Previsionais 2023

- Financiamento equipamentos Casa dos Noura
- Financiamento “Loja do Cidadão”
- Financiamento “Ribeira de S. Mamede”
- Financiamento Zona de Lazer de Alijó
- Financiamento Frota Verde
- Financiamento Conjuntos Habitacionais
- Financiamento “Aquisição de Camião”

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

- Estes financiamentos serão alavancados por fundos próprios o que significa um esforço financeiro do Município acrescido e que deverá a todo momento ser avaliado.
- Maior responsabilidade no acompanhamento dos investimentos.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Município de Alijó

Morada - Rua General Alves Pedrosa, n.º 13,
5070-051 Alijó

E-mail - geral@cm-alijo.pt
Telf - (+351) 259 957 100

NIF - 506 859 487



Documentos Previsionais 2023



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

• DESPESA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Município de Alijó

Morada - Rua General Alves Pedrosa, n.º 13,
5070-051 Alijó

E-mail - geral@cm-alijo.pt
Telf - (+351) 259 957 100

NIF - 506 859 487



Documentos Previsionais 2023



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

• DESPESAS COM PESSOAL:

2022

- DI: 4,3 ME
- DC: 4,9 ME

2023

- DI: 5,9 ME

SAÚDE: 192 638,60
EDUCAÇÃO: 971 537,70
SOCIAL: 68 951,70

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Documentos Previsionais 2023

•PPI (9 308 749,40€)

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

		Despesas de Investimento (PREVISÃO)	
Funcional	Descrição	Ano de 2023	
		Total	
1.	FUNÇÕES GERAIS	1 870 238,84	
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	6 679 122,75	
3.	FUNÇÕES ECON.	759 387,81	
4.	OUTRAS FUNÇÕES	0,00	
TOTAL		9 308 749,40	

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Documentos Previsionais 2023

•PAM (4 957 832,18€)

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos Previsionais 2023

		Despesas (PREVISÃO)
Funcional	Descrição	Ano de 2023
		Total
1.	FUNÇÕES GERAIS	1 592 532,87
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	2 759 872,16
3.	FUNÇÕES ECON.	222 566,58
4.	OUTRAS FUNÇÕES	382 860,57
TOTAL		4 957 832,18

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Documentos Previsionais 2023

- EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (TAXAS DE EXECUÇÃO)
- EQUILIBRIO CORRENTE (AO LONGO DA EXECUÇÃO)
- CONTROLE DE DESPESAS CORRENTES
- EXECUÇÃO DAS DESPESAS DA DESCENTRALIZAÇÃO
- REVISÕES DE PREÇOS
- INFLAÇÃO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ANEXOS

- Responsabilidades Contingentes
- Mapa das Entidades Participadas
- Mapa de Transferências para Freguesias/ ISFL
- Encargos Plurianuais Assumidos
- Proposta de Quadro Plurianual de Programação Orçamental
- Mapa de Empréstimos
- Amortizações Médias
- (Normas de Execução do Orçamento)

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CIDADE EUROPEIA DO VINHO 2023



Câmara Municipal de Alijó

Rua General Alves Pedrosa, n.º 13 | 5070-051 Alijó
Tel. (+351) 259 957 100
Fax (+351) 259 959 738
www.cm-alijo.pt

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Município de Alijó

Morada - Rua General Alves Pedrosa, n.º 13,
5070-051 Alijó

E-mail - geral@cm-alijo.pt
Telf - (+351) 259 957 100

NIF - 506 859 487